



Bloco
de Esquerda

MANIFESTO ELEITORAL

MANIFESTO ELEITORAL DO BLOCO DE ESQUERDA

5

INTRODUÇÃO: A ESQUERDA PELA MODERNIZAÇÃO

9

CARTA DE COMPROMISSO ELEITORAL DO BLOCO DE ESQUERDA

23

AS MUDANÇAS QUE MUDAM

85

A CORAGEM NECESSÁRIA PARA VENCER

103

CONCLUSÃO: RAZÕES FORTES PARA A ESQUERDA

2002

INTRODUÇÃO

A esquerda pela modernização

PRESTAR CONTAS

Há menos de três anos, o Bloco apresentou-se às eleições legislativas para renovar a oposição. Assumimos então um compromisso com os eleitores. É desse compromisso que agora prestamos contas.

Durante este tempo, o governo do PS esgotou-se e provocou a sua própria derrota. Estabeleceu uma maioria absoluta com Daniel Campelo e o resultado foi uma política socialmente injusta, a derrocada das contas públicas e o ataque à Reforma Fiscal. Com este governo houve rendimento mínimo para os mais pobres mas também rendimento máximo garantido à banca e aos construtores de obras públicas.

O país entrou em crise económica e começa agora a transformar a precariedade em desemprego, criando novas fronteiras de exclusão. As eleições de Março não podem, por tudo isto, ser uma feira de vaidades: elas devem julgar as políticas, os poderes e as alternativas.

Durante o seu mandato parlamentar o Bloco foi coerente.

Na oposição, rejeitámos o programa de governo e apresentámos uma moção de censura quando o executivo, já em crise profunda, se envolveu na negociação da Lei de Programação Militar com o PP, que empenha o país em centenas de milhões de contos na aquisição de submarinos e outro material de guerra.

Fomos também construtivos e combativos. Propusemos soluções que abanassem um país, perdido no seu passado, e fossem ao essencial.

Combatemos o conservadorismo e a república dos interesses na Reforma Fiscal ou na nova política para a toxicodependência. Este combate pela exigência saldou-se em transformações que contaram na vida de muitas pessoas. Houve, portanto, uma esquerda que foi porta-voz das causas dos mais fracos.

Esta foi uma esquerda que procurou e obteve soluções maioritárias para questões tão urgentes como as dos contratos a prazo, da violência contra as mulheres, da segurança alimentar, da discriminação de homossexuais ou dos direitos dos utentes do sistema de saúde.

E esta foi ainda uma esquerda de horizontes.

Na segurança social pública e nos pacotes legislativos sobre o Serviço Nacional de Saúde, a Reforma Fiscal e a política de solos, esta foi a corrente de opinião e acção que provou – ao contrário do que afirmam os gurus da nova direita – que as políticas do meio não têm o monopólio das soluções e que existem melhores alternativas para os problemas concretos da sociedade portuguesa.

O Bloco levantou as razões de uma esquerda de acção e de proposta, e provou que há caminho para uma alternativa de modernidade. Essa alternativa tem memória, é radical porque vai às raízes dos problemas e é capaz de ganhar, porque procura maiorias de opinião para as mudanças que apresenta.

Quem apostou no Bloco em 1999 tem boas razões para reincidir. E muitos e muitas que então o não fizeram têm agora a prova de que vale a pena fazê-lo.

Esta esquerda é precisa para derrotar o derrotismo que se instalou na política nacional.

A crise social não é irrecusável e há mais para fazer do que procurar uma maioria absoluta para a continuidade das mesmas políticas. Comprometido com o que fez, o Bloco apresenta-se a estas eleições como a alternativa de um novo impulso à luta pela justiça, a reforma dos serviços públicos e a urgência de uma nova estratégia de desenvolvimento social.

Mas a nova esquerda é precisa por um motivo fundamental, que ultrapassa a resposta imediata ao pântano da crise política. **Ao longo dos últimos anos, com o cavaquismo e depois com o guterrismo, tem sempre vencido a modernização conservadora.** Portugal é o país com maior uso de telemóveis, mas é também o país com maior incidência de tuberculose e sida. Tem um parque automóvel caro e recente, mas também o recorde de acidentes mortais nas estradas. Constrói a Expo, mas as mulheres ainda podem ser julgadas em tribunal por interromperem a gravidez. Tem a ponte Vasco da Gama mas cai a ponte de Entre-os-Rios.

Este é o país onde fortunas colossais não pagam impostos e onde a realidade do trabalho clandestino persiste à luz do dia. A modernização que temos não fez apenas auto-estradas, reforçou os pilares do conservadorismo, da especulação, da discriminação e dos corporativismos.

Esta esquerda, que se quer criativa e combativa, exigente e inventiva, apresenta-se às eleições em nome de uma modernização democratizadora.

Em primeiro lugar, bater-se-á pela igualdade de acesso aos direitos da modernidade. Em segundo lugar, pela reforma da administração pública. Os direitos de acesso à vida moderna estão desigualmente distribuídos e são hoje um campo de exclusões – o programa da nova esquerda empenha-se, pelo contrário, na sua democratização: o direito ao pleno emprego como ao tempo do lazer e da cultura, à natureza e ao conhecimento, aos afectos e ao prazer, à afirmação individual e colectiva, à autonomia e à qualidade, são

as condições fundamentais de uma nova sociabilidade. Por isso, empenha-se no desenvolvimento de movimentos sociais por mais democracia e justiça social.

Esta é a responsabilidade da política tal como a entendemos. Administrar a coisa pública com rigor e com justiça. Abrir a democracia. Impor as mudanças que mudam.

Estas são as razões fortes do Bloco de Esquerda. Por elas os nossos deputados bater-se-ão no Parlamento a partir de uma posição de oposição.

A questão do governo não nos é indiferente. Perante a forte possibilidade – de resto positiva para o país – de nenhum partido alcançar a maioria absoluta dos deputados, seremos contra o regresso da direita ao poder e não favoreceremos a precipitação de novas eleições na sequência da clarificação que se defina em Março.

Dito isto, a atitude parlamentar do Bloco será a de se bater por cada um dos compromissos eleitorais agora assumidos, sem cheques em branco e tomando posição clara sobre a política do governo. Como na anterior legislatura, os nossos deputados avaliarão as leis pelos seus méritos e deméritos, mantendo a iniciativa e independência face ao governo que sair da expressão da vontade popular.

I.

Carta de compromisso eleitoral do Bloco de Esquerda



A QUESTÃO, COMO SEMPRE, É SABER QUEM MANDA

– Quando uso uma palavra, disse Humpty Dumpty com desdém,
significa exactamente aquilo que quero que ela signifique,
nem mais nem menos.

– A questão, insistiu Alice, é se tu podes fazer com que
as palavras tenham significados tão diferentes.

– A questão é saber quem é que manda, é tudo.

{Lewis Carroll, Alice do Outro Lado do Espelho}

No governo, Guterres mostrou como a estabilidade ao centro depende da capacidade de neutralizar a direita, contentando-a e imitando-a. Foi assim que reduziu a reforma fiscal a um emaranhado burocrático e ineficiente, não aplicado nas suas medidas fundamentais e descartável em tudo o que incomodasse as fortunas. Foi assim com a Lei da Imigração, atentando contra os direitos humanos de quem é importado para trabalhar em Portugal. Foi assim que votou com o PSD e o PP – depois de 25 minutos de debate parlamentar – uma lei empossando o Serviço de Fronteiras dos vastos poderes de uma polícia de investigação. Foi assim que isentou os clubes dos concursos públicos para os projectos do Euro 2004, em defesa dos padrinhos.

Nas questões fundamentais, as da modernidade e as da democracia, Guterres esteve à direita. E onde assim não sucedeu, como na Segurança Social ou nas novas políticas de combate à toxicodependência, o que impôs a abertura a novas abordagens foi o papel activo das opiniões públicas, das organizações sociais e dos técnicos que, em conjunto com os deputados mais à esquerda conseguiram impor mudanças de rota.

Quando se sabe que a Lisnave é vendida por um dólar a testas-de-ferro, quando a Lanalgo é entregue por um décimo do seu valor a um anónimo, quando o governo abdica de fazer valer os seus interesses na GALP, quando o negócio da TAP com a Swissair se perfuma de escândalo, quando os resultados extraordinários dos bancos sobem 79% mas os impostos descem 20%, quando a Lusoponte beneficia de um contrato milionário que lhe garante os lucros e a isenta de riscos, quando se esfumam centenas de milhões de contos nos negócios do Hospital da Cruz Vermelha, nos terrenos da Margueira, ou nas privatizações, o balanço dos interesses que este governo serviu está feito.

Responde o PS, como Humpty-Dumpty, que é tempo de “novo ciclo político”, mas essa novidade é vazia e quer dizer exactamente o que se quiser a cada momento – a questão “quem manda”, é tudo.

Por isso, em cada eleição tudo volta sempre ao mesmo.

O novo secretário-geral do PS já garante que quer maioria absoluta – como se não a tivesse tido quando o deputado do queijo limiano se juntou ao PS – e, se falhar, então fica bem com um acordo ou com

o PCP ou com o PP, desde que aceitem a continuidade das políticas do PS destes anos que passaram. O ciclo fecha a sua volta sobre si mesmo: o “novo ciclo político” é sempre o velho ciclo. A questão é que as palavras “nova maioria”, “maioria absoluta”, “acordos de governo”, já não têm significado nenhum – a questão é, como sempre, saber quem manda, quem tem mandado e quem vai continuar a mandar. É tudo: quem manda são os de sempre. É tudo e, neste caso, é exactamente nada: Humpty-Dumpty, afinal, era um ovo e estava sentado em cima do muro, até que caiu.

Ao longo de seis anos, o governo do PS consagrou a política que arruina o futuro: salários baixos à espera que as empresas engordem, pensões aguardando que as pessoas morram, ensino rotineiro na esperança que os jovens aprendam por si próprios. Portugal é um país subsidiodependente e quem espera nunca alcança.

Ao longo destes seis anos cresceu o défice comercial externo. Os endividamentos das famílias à banca e da banca ao estrangeiro aumentam sem parar. Vende-se património ao desbarato para colmatar problemas de tesouraria. As receitas fiscais caíram no último ano porque as empresas decidiram cortar os seus pagamentos de IRC – bancos à cabeça – e o governo fingiu que não era nada com ele.

O sistema de impostos em Portugal está completamente distorcido: durante muitos anos, os governos acreditaram numa fórmula mágica – as empresas pagam o que lhes apetece (o IRC foi, até há pouco tempo, menos do que o ISP), e os impostos sobre o rendimento contribuem menos do que os impostos indirectos, que é de onde vem o dinheiro sem nos darmos conta. Por outras palavras, o nosso sistema tributário nunca quis a verdade e preferiu a dissimulação: o IVA disfarça o imposto sobre os pobres e o IVA e os impostos sobre combustíveis é que alimentam os cofres do Estado. O nosso sistema de impostos nunca quis a justiça fiscal e permitiu no ano passado que os trabalhadores pagassem em média sete vezes mais do que a média do IRS dos empresários individuais.

Permitiu-se a fuga aos impostos, pela desigualdade brutal nas contribuições autárquicas, pela manutenção das taxas liberatórias, pela protecção dos interesses da finança, pela continuidade da Madeira como plataforma de evasão fiscal – e foi por isso que a Comissão Europeia abriu um inquérito à Zona Franca da Madeira, por onde fogem centenas de milhões de contos.

A crise orçamental não decorre apenas de um governo no centro dos interesses e por isso recolhendo menos receitas do que as estimadas. Decorre também da sua ignorância sobre as despesas que está a fazer. Estamos a pagar a incapacidade de reformar e melhorar a gestão da saúde, onde o buraco é hoje impossível de contabilizar, depois de anos de paralisia. Estamos a pagar a desorganização das contas do Estado, a falta de responsabilidade dos responsáveis e o imenso sorvedouro que têm sido as obras públicas ao longo dos últimos anos. Os serviços públicos estão muito abaixo dos mínimos de qualidade exigível.

UM TEMPO QUE SE ESGOTA

É certo que o país mudou muito em quase vinte anos de cavaquismo e guterrismo. À superfície quase se tornou irreconhecível. Construíram-se estradas e infra-estruturas, mudaram os hábitos de consumo, construíram-se casas, o CCB e a Expo, entrámos na Eurolândia, houve um terramoto no panorama comunicacional, em particular na televisão, e aumentou e mudou a imigração.

Mas é no sucesso dessas mudanças que reside a crise mais profunda deste país. Essa crise é a que resulta do esgotamento do modelo dominante de desenvolvimento e de política.

Ao longo destas duas décadas, quem verdadeiramente ganhou foram sempre os mesmos: os construtores conluiados nas câmaras e no futebol, os conglomerados que monopolizam os grandes projectos públicos, as empresas que beneficiam de benesses fiscais e o sector financeiro.

Numa frase, dominou uma modernização conservadora. Os protagonistas continuam as linhas de sempre e acrescentam algumas: os Mellos passam da construção naval para a saúde e regressam à banca, os novos ricos da democracia instalam-se nos supermercados e todos compram talhões da energia, das telecomunicações ou da imprensa, e partem e repartem a banca.

O conservadorismo ganha terreno nas instituições: a Ordem dos Médicos apropria-se da função estatal da avaliação dos especialistas médicos, superintende ao negócio com agências de viagens e protege a publicidade da indústria farmacêutica; a Igreja Católica aceita uma lei da liberdade religiosa desde que se lhe não aplique; a Associação de Bancos impõe o direito de veto sobre a Reforma Fiscal.

É este o contexto em que PS e PSD pedem poderes absolutos a que, de resto, chamam «suficientes». A intenção é limitar a turbulência política neste modelo que, com algumas diferenças, ambos pretendem dirigir.

O LUGAR DA EXIGÊNCIA

Pelo contrário, o lugar desta esquerda é o da clarificação das exigências que mudam a direcção da transformação deste país, tornando-o mais justo, mais tolerante e mais democrático. É a esta luz que devem ser lidos os compromissos eleitorais do Bloco de Esquerda para a próxima legislatura. Nuns casos, eles recuperam combates apenas iniciados durante os dois últimos anos de mandato popular. Noutros, anunciam novas iniciativas que querem marcar a agenda de uma modernização democrática.

1. RECUPERAR E COMPLETAR A REFORMA FISCAL

Insistiremos na criação de um imposto sobre as grandes fortunas. Continuaremos a lutar pela abolição da sisa, a equidade na contribuição autárquica e a tributação do património.

A injustiça fiscal é o resultado de tempos imemoriais de prepotência e desigualdade social e de poderes dedicados à protecção dos interesses instalados: quem mais tem é quem menos paga e são os trabalhadores que, descontando o IRS na sua folha de salário do fim do mês, sustentam as finanças públicas. Aqui está como a modernização conservadora tem feito a sua lei: criou-se o IVA, o IRS e o IRC, um sistema moderno de impostos, nos finais dos anos 80, mas manteve-se o privilégio da fraude e a isenção da finança.

O governo aceitou começar uma Reforma Fiscal para logo recuar em questões emblemáticas, dando o sinal de vitória à banca. Nós queremos levar esta reforma aonde ela não chegou: à abolição da sisa, à tributação do património imobiliário e das maiores fortunas. Por razões de justiça, temo-lo repetido.

E porque o Estado deve responder à desaceleração da economia e ao esgotamento do nosso modelo de desenvolvimento com a ampliação dos direitos sociais. As políticas de austeridade só são inevitáveis se não existir a coragem de um pacto para a redistribuição da riqueza gerada pelo próprio Trabalho. Se essa coragem existir, então é a própria ampliação dos direitos sociais que se transforma num factor de superação das dificuldades económicas.

Recolocaremos na Assembleia os nossos projectos na área da saúde.

Para que o país aposte na medicina preventiva mais do que na indústria hospitalar. Para que se trave a hiper-medicamentação e baixem os preços. Para que o SNS garanta uma qualidade hoje apenas acessível às maiores posses.

Para que se regulamentem as medicinas não convencionais.

2. REFORMAR O SISTEMA DE SAÚDE, SEPARAR O SERVIÇO PÚBLICO DO PRIVADO

O diagnóstico é crítico: temos problemas graves de saúde pública (toxicod dependência, alcoolismo, tuberculose, aborto clandestino, sida), temos uma hiper-medicamentação consumista, uma clara discriminação social no acesso ao sistema de saúde, um serviço público mal gerido e sub-orçamentado, ineficiente e deficiente, temos a discriminação contra as medicinas não convencionais.

Para mais, no serviço público a promiscuidade com o privado é imensa. Faltam médicos, apesar de termos tantos médicos por habitante como a França; faltam enfermeiros e centros de saúde, nomeadamente da 3ª geração. Temos dos mais baixos gastos com saúde da Europa e no entanto as famílias pagam o dobro da média dos outros países da União Europeia. Temos dos medicamentos mais caros e uma

péssima gestão de recursos. Temos, em suma, uma medicina para os ricos e outra para os pobres.

O que esta esquerda propõe é uma radical inversão das prioridades: a opção por uma medicina preventiva e de proximidade sobre uma medicina curativa; a responsabilização dos doentes e a sua participação no controlo das terapêuticas; uma nova política de prescrição e do medicamento que reduza os preços; uma clara separação entre o público e o privado, melhorando as condições dos profissionais de saúde em exclusividade no serviço público; uma gestão do SNS que privilegie a qualidade, a contratualização do financiamento e a responsabilidade dos serviços pelos orçamentos clínicos; a promoção da investigação científica; a defesa dos direitos dos cidadãos no âmbito da informação genética; a legalização e regulamentação das medicinas não convencionais.

3. ABORTO: UMA NOVA LEI QUE IMPEÇA A CRIMINALIZAÇÃO DA MULHER

O Bloco defende uma nova lei que impeça qualquer mulher de ser julgada por aborto e que legalize o seu direito de escolha.

O julgamento, no Tribunal da Maia, de 17 mulheres acusadas de terem praticado o aborto clandestino e de um assistente social que as apoiava nos bairros degradados do Porto em que viviam, veio revelar a extraordinária hipocrisia em que se continua a viver. Quando do referendo sobre a despenalização do aborto – que não obteve a maioria que lhe desse valor constitucional, e em que 16% votou contra e 15% a favor – os partidários da continuidade da solução repressiva argumentavam que a lei devia ser mantida, mas que não seria aplicada às mulheres que praticassem o aborto, considerando razões humanitárias. Aqui está a evidência dos factos: o julgamento da Maia demonstrou que a hipocrisia não tem limites.

Milhares de mulheres continuam a ter que recorrer clandestinamente ao aborto. Milhares sofrem graves consequências físicas e morais pelo impacto dessas intervenções realizadas em condições por vezes degradantes. E a perseguição que lhes é movida, inspirada por concepções religiosas que rejeitam o direito

da mulher a tomar as suas decisões sobre a sua vida, a sua maternidade e a sua sexualidade, é uma prova provada do peso do conservadorismo mais reaccionário em Portugal, um dos dois únicos países europeus em que se mantém esta situação.

O Bloco prioriza a correcção desta injustiça e a defesa dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres. Compromete-se em consequência a levar ao Parlamento o debate sobre uma nova lei que impeça a criminalização da mulher que aborta e que lhe reconheça o direito de escolha, permitindo a realização do aborto no Serviço Nacional de Saúde.

O novo quadro legal de combate
à toxicodependência encontra-se
ainda incompleto.
Queremos separar os mercados entre
drogas «duras» e «leves» e ampliar as
políticas de prevenção e reinserção.

4. ALARGAR A RESPOSTA À TOXICODEPENDÊNCIA E LEGALIZAR AS DROGAS LEVES

A nova política para a toxicodependência foi a mais importante reforma social dos dois últimos anos. Foi o resultado directo da presença do Bloco de Esquerda no Parlamento: as novas leis são consequência da pressão, das propostas e da coligação maioritária que se tornou possível porque o Bloco forçou o agendamento das propostas. Em resposta, PSD e PP queriam um referendo para restabelecer as penas de prisão para os toxicodependentes e falharam por completo nesse objectivo.

O novo quadro legal representa uma mudança de paradigma na abordagem da toxicodependência, mas encontra-se ainda incompleto. A defesa de uma política coerente de prevenção, tratamento da toxicodependência e combate ao narcotráfico, implica três compromissos fundamentais para esta legislatura: desenvolver a prevenção, apoiar a reintegração social e profissional e cortar a ponte entre as drogas legais e ilegais, definindo as condições do comércio passivo de derivados do cannabis.

5. UMA ALIANÇA PARA AVANÇAR PARA A SEMANA DAS 35 HORAS

A combinação entre baixos salários, horários excessivos e recurso generalizado às horas extraordinárias tem que ser rompida.

O seu custo social e relacional é insuportável e atrasa a modernização económica.

○ crescimento da economia portuguesa começou a divergir da média europeia em 1998. Por outro lado, a recente crise económica revela e acentua todas as fragilidades e erros do modelo de desenvolvimento adoptado nos últimos 20 anos.

Para quem sustente que a economia não são números mas pessoas, a realidade é indistigável. Constrói-se muito, mas Portugal tem o recorde de acidentes de trabalho da União Europeia – ou seja, constrói-se mal. As obras públicas levaram forte incremento e apesar disso a precarização das condições de trabalho alastrou como uma praga, revelando o desemprego latente que se esconde por detrás dos recibos verdes. E continuamos a assistir à discriminação das mulheres, tanto no trabalho como na vida quotidiana.

○ Bloco bate-se por uma política de justiça fiscal porque a queremos como o sustentáculo de uma alternativa económica que mobilize os recursos para políticas sociais redistributivas e acelere a modernização das empresas. Esta é a escolha que financiará um novo modelo de desenvolvimento assente na qualificação e não nos baixos salários, na inclusão e não na sobre-exploração dos imigrantes, na investigação tecnológica e não na rotina organizacional.

E o Bloco bate-se para que nos próximos 4 anos se avance até impor o horário semanal de trabalho para as 35 horas, sem perda do poder de compra porque o modelo económico que sustentamos passa pela existência de tempo para viver e a vida pode e deve ser, ela mesma, um factor de desenvolvimento económico e social.

A aliança do PS com a direita para definir uma política de imigração desenvolveu a suspeita, a exclusão e a exploração da mão de obra barata. O Bloco opõe-lhe uma política com direitos sociais, incluindo a autorização de residência.

6. UMA NOVA POLÍTICA DE IMIGRAÇÃO BASEADA NO RESPEITO DOS DIREITOS SOCIAIS

A exploração dos imigrantes, acentuada pela clandestinidade que rouba direitos, tem sido a mola dos grandes empreendimentos públicos, do CCB e Expo até aos actuais estádios do Euro2004. Mas essa situação arrasta o país para o passado, para um modelo de desenvolvimento assente em grandes obras sem projecto estratégico para a economia e para a sociedade, agravando os problemas das periferias suburbanas, da falta de integração e da desarticulação do sistema escolar imprevisto para responder a esta pluralidade de línguas e de formas de socialização. Por outro lado, a precariedade extrema e quantas vezes o trabalho não pago ou mal pago alimentam situações de exploração desenfreada, que se repercutem nos acidentes de trabalho ou em tensões violentas em bairros suburbanos.

A legalização destes imigrantes, o reconhecimento dos seus direitos, incluindo o direito ao sistema de saúde, ou o direito a salário igual para trabalho igual, ao acesso ao sindicato ou à Segurança Social, a uma habitação digna, a promoção de oportunidades iguais no sistema escolar, e o reconhecimento do direito de residência – e não de “permanência”, como é imposto pela legislação que estabelece o modelo do imigrante descartável – são as condições para uma nova política de imigração.

7. UM COMBATE DECIDIDO AO CRIME DE DESTRUIÇÃO AMBIENTAL

O princípio do poluidor-pagador tem sido a chave das políticas ambientais, mas tem limites evidentes: em muitos casos, não permite um cálculo económico que valorize os danos ambientais e disfarça as responsabilidades. O Bloco defende a requalificação do crime ambiental como uma nova política para sustentar a relação com o meio natural

O princípio do poluidor-pagador tem assentado num equívoco: o de que é possível em todos os casos quantificar os danos ambientais e nessa base atribuir um preço à reposição das condições anteriores. Ora, a experiência demonstrou categoricamente que há danos que são irreversíveis e que nesses casos esta contabilidade nem faz sentido nem é possível. Mais ainda, este princípio de contabilização abriu a porta à mercantilização dos danos ambientais, depois de ter contribuído para mercantilizar o próprio ambiente. As quotas de poluição tornaram-se assim um mercado florescente, respondendo hipocritamente à consciência ambiental da maioria das populações.

O Bloco parte do princípio contrário: o da irreversibilidade e, portanto, da necessidade de prever, de prevenir e de evitar os crimes ambientais, o que significa punir o dano e não simplesmente fingir que se compensa o que é simplesmente incalculável. A apropriação privada e a destruição de grandes reservas naturais da Humanidade, como a deflorestação da Amazônia ou a degradação das reservas de água do planeta, devem por isso mesmo ser combatidas em nome de um conceito de bem comum que é inapropriável por qualquer negócio.

A administração pública está corroída por incompetência e corporativismo. E as políticas privatizadoras, ensaiadas pela direita, ou de despedimento e ataque aos direitos dos trabalhadores, anunciadas pelo PS, só agravam esta crise. O Bloco bate-se por transparência, desconcentração e combate ao desperdício

8. PARA UMA NOVA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A administração pública não tem a confiança pública. O emaranhado dos procedimentos administrativos, a prepotência de quem está habituado a não prestar contas e a eximir-se do dever de informar, acentuaram uma perda de credibilidade: muitos serviços funcionam mal, e essa cultura da irresponsabilidade favorece a ofensiva privatizadora. O modelo centralista, pombalino e autoritário deve ser vencido.

O Bloco parte do princípio que mudanças profundas na qualidade do serviço público exigem uma administração que funcione melhor. Para isso, insistiremos numa agenda de prioridades que relance o debate sobre uma desconcentração que dê conteúdo e responsabilização aos serviços de proximidade. No mesmo sentido, o Bloco continuará a defender um Orçamento de Base Zero, que permita verificar em detalhe todos os custos da administração e combater os desperdícios. E somos favoráveis a um notável reforço da capacidade fiscalizadora, de novos critérios de definição dos quadros de pessoal, de mobilidade entre serviços e progressão na carreira em função do mérito.

**9. UMA MUDANÇA DO SISTEMA
ELEITORAL QUE GARANTA
A PROPORCIONALIDADE E A
CAPACIDADE DE ESCOLHA
PELOS ELEITORES**

PS e PSD procuram reduzir a representação e garantir no Parlamento o que os eleitores não lhes dão nas urnas: maiorias absolutas e ausência de deputados críticos. O Bloco, em alternativa, propõe um círculo nacional de apuramento e a possibilidade de os eleitores indicarem as suas escolhas entre os candidatos

O Bloco proporá a transformação do sistema eleitoral para garantir a proporcionalidade e representatividade, que até hoje têm sido distorcidas e que seria dramaticamente posta em causa pela adoção dos círculos uninominais e pela redução do número de deputados, tal como está a ser negociada entre o PS e o PSD. Ao mesmo tempo, constata-se a profunda insatisfação com este sistema eleitoral, tanto porque reduz o Parlamento a uma câmara de eco dos estados maiores dos principais partidos, quanto porque as mordomias e a falta de prestação de contas da maioria dos parlamentares agrava a distanciação em relação aos problemas reais do cidadão.

Assim, o Bloco propõe um sistema eleitoral assente num círculo nacional de apuramento dos votos, definido de tal modo que os eleitores possam escolher em cada lista os deputados e deputadas que querem indicar, garantindo assim uma capacidade de escolha que o sistema actual recusa. Havendo vários círculos de apresentação de candidatura por grandes áreas do país, e um único círculo nacional de apuramento, os votos são todos contabilizados e melhora-se a representatividade e a proporcionalidade do sistema: as eleições dirão a verdade da opinião dos eleitores e o Parlamento será a expressão exacta dessa pluralidade que é o país.



II.

As mudanças que mudam

As eleições são uma escolha. E a escolha deve ser clara: entre políticas e entre alternativas. Uma escolha que se baseia no que sabemos e no que queremos, no passado e no futuro. Ao prestar contas do seu mandato, o Bloco de Esquerda apresenta simultaneamente propostas e respostas fundamentadas. Começando pelo princípio: como se vive e a vida a que temos direito.

A economia são as pessoas, lembram-se?

O Bloco de Esquerda defende uma nova estratégia económica, assente na Reforma Fiscal e na resposta às necessidades sociais. A economia tem a ver com as pessoas, que não são meros números. Lembram-se? Foi com esta afirmação razoável que o engenheiro Guterres se lançou à conquista do governo em 1995. O que faltou desde então foi a percepção da consequência óbvia dessa frase: a economia tem a ver com democracia, com escolhas sociais, portanto com responsabilidade política. Todas as decisões

económicas são também políticas.

A economia, porque é uma questão de pessoas, é uma questão de democracia. Por isso devem os ganhos materiais ser utilizados para melhorar a vida, em particular de quem tem menos e mais precisa. Atendendo à forma que tem assumido a distribuição do rendimento em Portugal ao longo dos últimos anos, é essencial corrigir as perdas de poder de compra e direitos do Trabalho. É nas reivindicações sobre a justiça fiscal, salários e pensões, tempo de trabalho e de férias e políticas sociais públicas que se joga o princípio da transformação da relação social e o caminho de uma alternativa económica e social.

E baseamos nestas propostas um novo impulso para as políticas sociais, para a definição da qualidade dos serviços públicos como condição do acesso democrático à modernidade, para as mudanças que mudam.

1. JUSTIÇA FISCAL:

**EM
NOME DA
IGUALDADE
E DA INTRAN-
SIGÊNCIA
CONTRA A
FRAUDE**

É preciso falar claro. Em Portugal, o roubo compensa, e roubar muito compensa muito. Todos os anos são subtraídos ao IVA 400 a 500 milhões de contos, e do IRS, IRC e descontos para a Segurança Social são desviados mais de 1100 milhões de contos. O total das evasões e fraudes representa, provavelmente, 6 a 10% do PIB, mais de um quarto das receitas fiscais potenciais. Uma minoria embolsa milhares e milhares de contos roubando mais de 150 contos a cada um de nós. Poucos exploram muitos, subtraindo-se a obrigações e responsabilidades ante a comunidade. A injustiça fiscal é uma das mais repugnantes que se praticam no nosso país. Fazem-se fortunas à custa desta fraude, essas fortunas dão poder e esse poder dá-se a um respeito que não merece respeito nem tolerância.

A maior fortuna em Portugal corresponde a cerca de 450 milhões de contos – quase quinhentos mil anos de salário mínimo nacional. Há mais de quinhentas pessoas que valem mais de um milhão de contos e que escapam à tributação. E no entanto há mais de um milhão de pessoas com pensões abaixo de sessenta contos.

Três empresas pagam um terço do IRC pago por todas as empresas. 63% das empresas indicam resultados negativos, 40% das quais argumentam prejuízos anos a fio, como se fosse possível sustentar uma actividade económica em regime de falência perpétua. E a banca, que ganha cerca de 2 milhões de contos de lucro por dia, paga agora uma taxa efectiva de IRC de 12,6%, quase um terço do que deveria.

O paraíso fiscal da Madeira tem 4000 empresas, mas nelas só estão registados cerca de 1000 trabalhadores. Estas empresas-fantasmas não pagam impostos e ninguém sabe a que negócios se dedicam. O quarto banco português, o Madesant, com cerca de 110 milhões de lucros, paga 0% de IRC porque está instalado na Madeira – constitui uma criação do Santander para efeitos de obtenção de vantagens fiscais.

O sistema fiscal não é justo nem eficiente quando os trabalhadores por conta de outrem pagaram no ano passado em média 200 contos de IRS, mas os profissionais liberais se ficaram por metade. Apenas 307 profissionais liberais com contabilidade organizada declaram receber acima de 570 contos mensais, e só 12 acima de 1500 contos mensais.

O sistema fiscal não é justo nem eficiente quando os comerciantes pagam em média mais do que os profissionais liberais, os trabalhadores mais do que empresários individuais, as empresas industriais mais do que as empresas financeiras, e há ainda quem não pague nada.

Todos os anos, a fuga ao fisco ultrapassa os mil milhões de contos – o equivalente ao orçamento de todos os hospitais e centros de saúde.

O DEBATE FISCAL

Sempre que se discute a Reforma Fiscal ouve-se um clamor pelo redução dos impostos sobre as empresas. Ora, as empresas que actuam em Portugal beneficiam de um regime extraordinariamente favorá-

vel que lhes concede vantagens comparativas notáveis face aos regimes fiscais de outros países. Segundo o bem informado *Financial Times* (28 Abril 1999), citando um estudo comparado de uma universidade suíça sobre os sistemas fiscais europeus, o nosso sistema de incentivos e o descalabro das cobranças determina uma taxa efectiva do IRC de cerca de 17% para uma taxa nominal de 39%, ou seja, 22 pontos de diferença. A taxa efectiva de cobranças em Portugal é inferior em 12 a 20% face às verificadas na Dinamarca, na Alemanha, na França, na Itália e no Luxemburgo, só para citar alguns casos.

Apesar disto, o número de sociedades a declarar prejuízo multiplicou-se por três nos últimos sete anos, e dois terços das empresas não pagam IRC. Este número não permite subterfúgios: entre 1989 e 1996 os prejuízos declarados ultrapassam os sete mil milhões de contos, quase 80% do lucro tributável.

Pior do que o comportamento fraudulento de empresas industriais, é o Olimpo inatacável onde moram os deuses que velam pela economia. A Inspeção Geral de Finanças publicou em 1999 um relatório onde se verificava que, em 1995, os bancos Borges e Irmão, BCP, BCI, Banco do Brasil, Fonecas & Burnay, Banco Internacional de Crédito, Banco Internacional do Funchal, Banco Mello, Banco Nacional Ultramarino, Banco Pinto e Sottomayor, Banco Português de Investimento, Banco Português do Atlântico, Barclays, Crédit Lyonnais, General Bank, não pagaram sequer um tostão de IRC, recorrendo para isso ao offshore da Madeira, por vezes de modo claramente abusivo.

Tardou a ser discutido este relatório, embora tenha suscitado naturalmente alguma surpresa e indignação. Não era para menos: verificava-se que a Caixa Geral de Depósitos arcava com mais de metade do IRC pago pelos bancos, embora fosse somente responsável por 21% das receitas, e que diversos bancos tinham irregularidades graves nos impostos de selo, imposto autárquico, IVA e outros impostos. Naturalmente, a IGF recomendou medidas à DGCI, que questionou os bancos.

Em despacho de 14 de Outubro de 1999, isto é, quatro dias depois das eleições, e “considerando o reiterado aparecimento de situações desta índole”, decidiu o ministro das Finanças suspender todos os procedimentos que respondessem à “necessidade da Administração Fiscal dispor dos instrumentos que lhe permitam verificar os pressupostos da isenção consagrada no Estatuto dos Benefícios Fiscais” e que estivessem em contradição com o sigilo bancário. Isto é, a lei faz-se ou interpreta-se de modo a beneficiar o

infractor. Aqui está o Bloco Central no seu melhor: os bancos deixaram de pagar os impostos respeitantes a 1995, um ano em que houve governo PSD (10 meses) e governo PS (2 meses), e o governo PS que se segue veio logo cobrir os pecados da família e amnistiar os faltosos.

FISCALIZAR E EXECUTAR

Pois é mesmo tempo de começar a fiscalização, e esse deve ser o ponto de partida da Reforma Fiscal que é necessária e urgente. Com a Reforma Fiscal proposta pelo Bloco a fraude será penalizada e serão recuperados centenas de milhões de çontos: São eles que permitem sustentar a prazo a Segurança Social, melhorar os serviços públicos, reduzir os impostos dos que pagam e dos que, tendo menores rendimentos, devem ser isentados.

A falta de rigor fiscal é dos mais graves e ofensivos défices democráticos no país. Com o roubo fiscal perde o Estado, perde o cidadão e perde o contribuinte; com o roubo fiscal perde-se confiança, perde-se representatividade e perde-se democracia.

O Bloco de Esquerda fez da fraude e injustiça fiscais o tema central da sua campanha eleitoral anterior. É significativo que, dois anos depois, tenhamos que manter exactamente a mesma preocupação.

AS NOSSAS PROPOSTAS

O Bloco de Esquerda tem vindo a defender insistentemente a necessidade de uma Reforma Fiscal global. Interpelámos o governo por três vezes ao longo destes dois anos, apresentámos e vimos aprovados vários projectos de lei para impulsionar a Reforma Fiscal e, finalmente, chegou-se a acordo entre o Governo, o Bloco e o PCP sobre o princípio dessa reforma, embora se mantivessem divergências determinantes acerca do offshore da Madeira e da própria extensão da reforma – que, na opinião do Bloco, deveria forçosamente abranger a abolição da sisa e a correcção das injustiças no imposto autárquico, por exemplo.

O que o Bloco propõe para a nova legislatura são duas grandes prioridades: reconstituir a Reforma Fiscal onde ela foi abandonada pelo PS, e completá-la em três direcções – Imposto sobre as Grandes Fortunas, reforma da tributação sobre património imobiliário e sobre automóvel e energia. Para o Bloco, a Reforma Fiscal deve abranger todas as matérias sensíveis,

onde se exige modernização e justiça, segundo os seguintes três princípios de simplificação e rigor:

1. JUSTIÇA NOS IMPOSTOS:

os que têm menos pagam menos, os que têm mais pagam mais, os que têm fugido aos impostos passam a pagar segundo a sua responsabilidade

2. SIMPLIFICAÇÃO E TRANSPARÊNCIA FISCAL:

menos impostos e mais eficientes

3. COMBATE À CORRUPÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DO CONTRIBUINTE:

o rigor fiscal começa pela administração tributária

Esta reforma tem objectivos claros:

DIMINUIR OS IMPOSTOS

- com a redução das tabelas do IRS
- com o aumento da dedução específica pelos juros pagos pela compra da casa
- com as novas regras para o Imposto Imobiliário
- com o fim do Imposto Sucessório
- com a substituição da sisa pelo IVA

AUMENTAR A RECEITA FISCAL

- pelas novas regras do combate à fraude e levantamento do sigilo bancário
- pela progressividade dos impostos
- pelo Imposto de Solidariedade sobre as Grandes Fortunas
- pelas novas regras no IRC
- pelo fim de benefícios fiscais injustificados
- pela controlo dos movimentos dos cartões de crédito para tributar sectores de comércio

AUMENTAR A TRANSPARÊNCIA DO SISTEMA E A CAPACIDADE DE DEFESA DOS CONTRIBUINTES

- pela simplificação do sistema fiscal: menos impostos, mais simples, mais transparentes,
- pelo aumento da responsabilidade da administração tributária, começando por aplicar os métodos indiciários e o controlo da conta bancária aos funcionários do fisco

Mantemos e insistimos nestas propostas.

O fim do sigilo bancário é necessário: porque quem não deve não teme, mas também porque o direito dos contribuintes é sagrado mas exclui o direito de ocultar, de mentir, de roubar e prejudicar os outros. E é isso que se passa no nosso país.

Mas o fim do sigilo bancário só faz sentido no contexto de uma reforma fiscal de conjunto, que o governo tem vindo sempre a adiar. Uma reforma rigorosa tem que marcar o ano zero da verdade e da justiça fiscal: ora, essa reforma deve alargar-se agora

- à imposição do princípio do englobamento completo em IRS e IRC: todos os rendimentos devem estar sujeitos à obrigação do imposto
- à substituição da sisa, do Imposto Sucessório e da Contribuição Autárquica por um novo Imposto sobre o Património Imobiliário,
- à revisão do IVA e do sistema tributário para a revisão dos benefícios e das infracções fiscais
- à tributação das grandes fortunas, nomeadamente em capital mobiliário
- à intervenção tributária contra a especulação nas grandes cidades

A Reforma Fiscal ou impõe a verdade, ou é uma mentira. Ou dá a todos os mesmos direitos e deveres, ou é uma fraude.

Nesse sentido, o Bloco apresentará no próxima legislatura as seguintes iniciativas prioritárias:

1. ABOLIÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO AUTÁRQUICA,

SENDO SUBSTITUÍDA POR UM IMPOSTO SOBRE O PATRIMÓNIO IMOBILIÁRIO

- a) substitui a Contribuição Autárquica, introduzindo a reavaliação matricial de todos os prédios urbanos e rústicos, para terminar com a situação de injustiça que decorre da existência de matrizes com dezenas de anos de diferença,
- b) define critérios uniformes para a reavaliação das matrizes,
- c) a determinação do valor tributável faz-se por auto-avaliação, controlada amostralmente ou quando o valor for inferior a uma dada média por área;
- d) criam-se isenções no novo Imposto sobre o Património Imobiliário para os primeiros anos após a compra, depois essas isenções são mantidas em 50% do valor enquanto durar a hipoteca para empréstimo até ao máximo de 20 anos, ou de 15 anos em prédios de renda condicionada,
- e) estabelece-se uma taxa de referência que implique uma diminuição de imposto, mas que será aplicado de forma mais justa e transparente,
- f) este imposto permite aumentar a receita fiscal, mas sobretudo baixar o que é pago pelas famílias que compraram casa nos últimos vinte e cinco anos.

2. ABOLIÇÃO DA SISA E O IMPOSTO SOBRE SUCESSÕES E DOAÇÕES

- a) anula a sisa e o imposto sobre sucessões e doações,
- b) introduz um regime simplificado de IVA nas transações de prédios urbanos, com uma taxa diferenciada: isenção até 15000 contos, 5% até 30.000 contos e 12% a partir daí. Destê modo, combate-se a aldrabice que existe hoje com a Sisa,
- c) a transação de prédios rústicos é tributada pelo Imposto de Selo em 5% do valor,
- d) contribui-se assim para a diminuição do preço e para a transparência do mercado da habitação.

3. COMBATE À ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA

- a) introduz uma taxa punitiva da desocupação de prédios urbanos em zonas de habitação contínua com mais de 30000 habitantes: 10% no primeiro ano, 12,5% no segundo e 15% no terceiro e seguintes, sobre o valor patrimonial, obrigando assim a que os proprietários coloquem estes prédios no mercado,
- b) define um programa de crédito bonificado para a reconstrução de prédios degradados, financiando proprietários ou municípios e locatários, quando o proprietário se recusar a fazer uma obra necessária,
- c) amplia-se desta forma o mercado de arrendamento e diminui-se o preço, que nas cidades portuguesas é dos mais elevados da Europa.

4. IMPOSTO DE SOLIDARIEDADE SOBRE AS GRANDES FORTUNAS

- a) define um novo imposto incidindo sobre patrimónios globais que representam menos de 1% das famílias portuguesas, tomando como critério a riqueza superior a 10 vezes a média do património nacional,
- b) o imposto é fortemente progressivo, começando com uma taxa de 0,6% até 1,2%,
- c) a património tributável inclui propriedades imobiliárias, bem como valores mobiliários (acções, títulos, outras partes sociais),
- d) a determinação do património é feita por auto-avaliação, com controlo amostral e indiciário, não sendo obrigadas a declaração os contribuintes que estejam abaixo de um limiar mínimo,
- e) isentam-se valores de direitos de propriedade artística e intelectual, pensões de reformas, jóias de família, antiguidades, indemnizações de trabalho ou de acidentes, e a casa de habitação principal enquanto está a ser comprada a crédito por um período máximo de 20 anos,
- f) introduz-se um critério de maximização para a soma do IRS e do imposto de solidariedade sobre as grandes fortunas,
- g) as partes sociais são parcialmente isentas quando fundamentem a actividade profissional principal do contribuinte.

2. UMA ESTRATÉGIA PARA O PLENO EMPREGO

TEMPO PARA VIVER EM NOME DE UMA ECONOMIA PARA AS PESSOAS

O modelo de desenvolvimento em que se tem baseado o crescimento ao longo das últimas décadas está esgotado e é pernicioso para o país e para quem trabalha. Até hoje, esse modelo de desenvolvimento tem-se baseado:

- nos salários baixos, que são menos de 1/3 da média comunitária: 146 contos líquidos mensais por casal contra 299 contos na Grécia, em média,*
- e parte dos trabalhadores recebe abaixo da sua convenção colectiva: é o caso de 245157 trabalhadores, 17% do total,*
- em horários extensivos: uma média de 41h49' contra uma média comunitária de 38h19', por semana,*
- em empregos não qualificantes: 43% em Portugal contra 29% na União,*
- e numa formação deficiente: em 1999, 45% da população dos 18 aos 24 anos deixou o ensino com baixas qualificações, face a 19% na média europeia,*
- em tecnologia atrasada e falta de investimento: a alta tecnologia pesa 24% no valor acrescentado, ao passo que pesa 48% na União; o investimento empresarial em inovação é 22% do total, para 64% da União.*

Em consequência, Portugal diverge da média europeia desde 1998 (em PIB per capita e paridades de poder de compra).

Em Portugal coexistem, presentemente, duas crises económicas: uma, imediata, remete para a conjuntura; outra, com raízes profundas, é de esgotamento de um modelo de desenvolvimento.

A crise imediata, em primeiro lugar: só no distrito de Lisboa estão com salários em atraso 293 empresas de 13 sectores diferentes, que devem aos trabalhadores, entre indemnizações e salários, 113 milhões de euros (22 milhões de contos). A nível nacional calcula-se que a dívida aos trabalhadores atinja mais de 70 milhões de contos. No ano de 2001 encerraram mais de 900 empresas. Cresceu o desemprego de quem não consegue arranjar novo trabalho. E onde cresceu o emprego, foi sempre em trabalho não permanente. Em 2001 eram 732000 os trabalhadores precários – um em cada cinco. Esse é o desemprego latente, que agora se começa a revelar.

E se revela claramente na tragédia que é a exploração do trabalho em Portugal.

Em 15 anos houve mais de 48 acidentes por dia e morreram quase 3 trabalhadores por dia

Desde 1980 até 1999, segundo as estatísticas do Ministério da Justiça, houve 263.658 acções findas por acidentes de trabalho e destes resultaram 14.374 acidentes mortais. São cerca de 48 acidentes e 3 mortes por dia. Grande parte das mortes são na construção civil e muitas são em obras públicas.

Muitos jovens perdem a vida a trabalhar. Desde 1990 até 1999 morreram 495 trabalhadores com menos de 20 anos e no mesmo período, entre os 20 e 39 anos, morreram 5105.

É inaceitável que todos os dias morram trabalhadores por causas em que a reincidência na violação de normas de segurança por parte das entidades patronais é permanente, nomeadamente na construção civil, tantas vezes com a cumplicidade dos donos da obra e, em particular, do Estado.

A não criminalização dos acidentes de trabalho é sem dúvida a maior lacuna do nosso ordenamento jurídico em matéria de sinistralidade laboral.

Uma crise dos fundamentos da economia, em segundo lugar. É o resultado de erros acumulados e de estratégias erradas a que não faltaram os meios, com os quase dois milhões de contos por dia de fundos comunitários.

Foi um erro condicionar uma economia semi-periférica à imposição de um limite para a política orçamental, como o definido pelo Pacto de Estabilidade da União Europeia, impedindo uma política activa para a convergência real.

É um erro para toda a Europa manter uma política do Banco Central Europeu tendo como único objectivo a contenção da inflação e desprezando a necessidade da criação de emprego, em particular de emprego com qualidade e sem precariedade. E, por isso, a resposta à crise dos finais de 2001 e de 2002 tem sido incompetente.

Ao mesmo tempo, tem sido um erro manter a **política de privatizações** de sectores estratégicos, reduzindo a intervenção pública a uma mera extensão dos grandes interesses empresariais e reduzindo ao mesmo tempo o espaço de regulamentação dos serviços públicos, em particular quando são exercidos por empresas privadas.

Tem sido um erro manter uma **política de repressão salarial** – o resultado é a mais baixa taxa de escolaridade da população, o mais baixo nível de formação profissional e técnica do trabalho, as empresas baseadas na exploração bruta da mão-de-obra barata, muitas das quais condenadas pela concorrência de outras economias baseadas em salários baratíssimos.

Em consequência, os baixos salários disfarçam um desemprego latente, generaliza-se o trabalho sem direitos, o contrato precário, o emprego sem contrato, o trabalho à peça, o recibo verde, o trabalho sem recibo, a sub-empregada.

A política económica do governo ignorou sempre a necessidade de novas políticas estruturais para corrigir estes erros. Pelo contrário, promoveu uma confiança pouco sustentável, prometendo taxas de juro baixas e fazendo disparar o **endividamento das famílias** que, a partir de 18,5% em 1990, chega a 77% em 1999 e agora ronda os 100% (em percentagem do rendimento disponível).

Há várias implicações deste nível de endividamento: as famílias mais pobres ficam particularmente vulnerabilizadas pelo crescimento dos seus pagamentos à banca, o país no seu todo sofre porque passa a haver um prémio de risco para economia nacional, aumentando em consequência as taxas de juro acima das taxas internacionais. Mais ainda, uma parte do crescimento fica afectada ao pagamento da dívida, o que acentua a rota de divergência.

A **repartição do rendimento** é duplamente afectada por estes erros sucessivos. Em primeiro lugar, seja porque é a vítima da injustiça fiscal, seja porque lhe são impostos os baixos salários e a perda de poder de compra, o trabalho perde face ao capital. Em segundo lugar, porque são sobretudo os grandes bancos quem beneficia desta política – e quem se torna o sustentáculo dos governos que a promovem – muito mais do que as empresas industriais. Assim, acentua-se a dominação do capital financeiro que se dedica predominantemente à especulação e só acessoriamente a empresas em sectores produtivos. Em consequência, a economia fica mais vulnerabilizada porque não há investimento nem **investigação e inovação tecnológica** significativas.

A demonstração dos resultados dos bancos, segundo o Relatório do Banco de Portugal, evidencia esta evolução e a forma como os bancos fogem aos impostos: apesar do aumento notável dos resultados extraordinários, os bancos conseguem reduzir em quase 20% os impostos sobre os lucros, seja porque recorrem ao offshore da Madeira, seja porque manipulam os seus níveis de provisões.

A economia está, portanto, em dificuldades. Esgota-se um modelo de desenvolvimento baseado na **exportação de produtos predominantemente produzidos por trabalho barato e pouco qualificado**. Os bancos enriquecem, o capital financeiro reconstituiu-se e renovou-se. Vive de expedientes, de facilitismo, de cumplicidades, de negócios ocasionais, de oportunidades, de privatizações.

A alternativa passa por:

UMA NOVA POLÍTICA DE RENDIMENTOS

Assim, defende o Bloco uma estratégia para a repartição dos rendimentos combinando **aumentos salariais** que reponham a inflação e distribuam os ganhos de produtividade, com aumentos em valor

fixo que beneficiem mais os que recebem menos, para diminuir os leques salariais.

Por outro lado, a negociação da política de rendimentos não se resume aos aumentos salariais de cada ano. Pelo contrário, há um conjunto de matérias de grande importância que devem fazer parte das prioridades das agendas dos sindicatos e da acção parlamentar: a **redução do horário** para 35 horas, o aumento do número de dias de férias, a idade da reforma e os sistema de pensões, os custos sociais da educação, da saúde, dos transporte e da habitação, ou ainda as regras do IRS e IRC.

Em terceiro lugar, batemo-nos pela aceleração da **convergência das pensões ao salário mínimo nacional**, definido como um limiar elementar de dignidade que uma política decente deve procurar alcançar.

E aqui está porque é que uma reforma fiscal é indispensável: sem o aumento das receitas fiscais que uma reforma fiscal deveria permitir cobrar a curto prazo, penalizando assim a fraude fiscal, não há recursos para as políticas sociais necessárias.

Deste ponto de vista, ao defender as reivindicações dos trabalhadores e dos pensionistas, o Bloco de Esquerda coloca-se numa posição muito realista: as transformações a aplicar na economia portuguesa devem ser preparadas, tendo justamente em conta esses problemas sociais – as pessoas, que não são números.

CRESCIMENTO E EFICÁCIA DA DESPESA SOCIAL

Portugal tem, entre os países da União, dos mais baixos esforços com despesas sociais: 23,4% do PIB, longe portanto da média comunitária de 27,7% do PIB – o que desmente o discurso do PS sobre a sua política social. Por isso, o desenvolvimento do sistema de segurança social é determinante para a qualificação das políticas sociais. Ora, a sustentação do sistema de segurança social tem sido posta em causa ao longo dos últimos anos. Pelas dívidas acumuladas pelo Estado ao sistema de segurança social durante o longo consulado cavaquista, que não aplicou a lei quanto ao financiamento dos regimes não contributivos e da acção social, e agora pela concessão à gestão privada de 120 milhões de contos do fundo público de

capitalização, o que representa uma grave concessão aos interesses do capital financeiro.

A ofensiva privatizadora, e em particular para impor o crescimento dos seguros e dos fundos de pensões privadas, tem procurado apropriar-se de parte deste sistema de segurança social, procurando reduzi-lo a um modelo assistencialista. Em particular, o governo acordou com a CIP um "plafonamento" das pensões que, a pretexto da sustentação do sistema, exclui algumas pensões mais elevadas. Ora, o argumento da sustentação do sistema cai por terra quando se verifica que só 7% do total dos reformados recebem mais de 100 contos e que a pensão média em 2000 do regime geral se situa em 54 contos por mês. É face a esta realidade que a reforma da segurança social se deve desenvolver a partir da capitalização pública, da garantia das pensões, da igualdade das condições das gerações em deveres e direitos.

UMA ECONOMIA SOLIDÁRIA E DE PROXIMIDADE

Estas transformações propostas não criam ainda uma nova economia, em que os recursos sejam colocados ao serviço das necessidades colectivas. Mas devem ser abertas todas as brechas possíveis que sejam favoráveis a uma economia solidária e o Bloco de Esquerda não desperdiça nenhuma oportunidade para o combate pelo emprego com qualidade e com direitos, para o desenvolvimento das regiões mais deprimidas, para a satisfação de qualquer das necessidades sociais mais urgentes. A definição de um sector de "economia social" e a intervenção pública no espaço da economia privada, para impor regras e para influenciar a evolução dos preços, é uma das orientações importantes para esse combate.

Assim, o Bloco defende:

- a protecção da autonomia de projectos cooperativos e associativos, através de uma forma jurídica própria para esse sector da "economia social",
- a redução do IVA para 5% no sector da economia social,
- a criação de uma marca registada que distinga as empresas cooperativas ou com outra forma e cujo objectivo não seja o lucro mas a satisfação de necessidades sociais (actividades da terceira idade, educação, protecção ambiental, reinserção social, combate à pobreza, tratamento da toxicodependência, etc.),

· o reconhecimento legal do estatuto de “empresa com fim social”, nomeadamente em actividades delegadas contratualmente pelo Estado,

· o reconhecimento social do voluntariado (nomeadamente garantindo as pensões de reforma para o trabalho não remunerado mas com reconhecido valor social).

No combate às exclusões, o Bloco sublinha a centralidade civilizacional da oposição à discriminação das mulheres: no trabalho, no salário, na formação, nas carreiras profissionais, na vida social, as mulheres vivem uma contradição profunda – estão mais inseridas na vida activa do que na maioria dos restantes países europeus, mas são mais prejudicadas pelo preconceito, por práticas e por contratos discriminatórios.

UMA POLÍTICA AMBIENTAL RESPONSÁVEL PELO FUTURO

O Bloco concentra-se em quatro grandes problemas que definem as políticas ambientais: a qualidade da água, a sustentabilidade da política energética, os transportes públicos e o ordenamento territorial.

A qualidade do abastecimento de água em Portugal é baixa e a generalidade dos concelhos do interior tem um sistema de abastecimento precário e sem tratamento adequado, porque os investimentos têm-se concentrado no litoral. Esta tendência deve-se inverter. Mas o problema essencial, como se indica adiante, é o da gestão da água e dos riscos que se corre com a política de privatização que PS e PSD têm favorecido, com a desagregação da EPAL e com a preparação da venda da AdP, que gere actualmente mais de três quartos do fornecimento de água no país.

Por outro lado, Portugal continua a ser um dos países europeus com piores índices de tratamento de esgotos urbanos. 25% da população não está servida com redes públicas de drenagem e 45% não tem tratamento de esgotos. Estes são os números oficiais, que só podem pecar por defeito. Depois do investimento que tem sido feito no tratamento de lixos, esta deve ser uma das grandes prioridades para o investimento público.

O mesmo problema existe com a energia. De acordo com a União Europeia, Portugal será o país comunitário que mais aumentará a emissão de gases de estufa, apesar de ser subscritor do Acordo de Quioto. Desde 1970, o nosso PIB triplicou, mas a factura energética aumentou seis vezes. Para além dos danos ambientais, isso tem aumentado a nossa dependência externa. O abuso do automóvel privado e o funcionamento dos serviços têm contribuído de forma decisiva para esta situação. É urgente que o regulamento de edificações aposte no isolamento térmico. A aplicação de eco-taxas é, por outro lado, uma forma importante de reconhecer e internalizar os custos ambientais e uma estratégia colectiva de protecção do ambiente.

Para além disto, é indispensável continuar e reforçar o investimento em energias renováveis, sobretudo a eólica, fotovoltaica e maremotriz. Nos combustíveis, a situação é mais grave. Em 1990, Portugal era o país em que os transportes menos poluíam. Desde então, e até 2010, as nossas emissões de gases de estufa terão aumentado 78%, ultrapassando, per capita, a Dinamarca, a Finlândia, a Grécia, a Itália e a Espanha. O consumo de gasóleo e gasolina aumentou, na década de 90, 77% e 55%, respectivamente.

Com a desertificação do interior e a completa ausência de planeamento, o ambiente urbano tem sido aquele que maior degradação tem sentido. A Lei de Finanças Locais tem contribuído fortemente para promover a construção em vez da reabilitação. O Bloco apresentou ainda este ano um pacote de Lei de Solos que pretendia contrariar a lógica hoje instalada, e retomará essas iniciativas.

As autarquias têm, na construção civil, uma das suas principais fontes de receita fiscal. Isso acontece com o imposto de Sisa e com a Contribuição Autárquica, que representam cerca de 22% das receitas totais dos municípios, com a média a subir nos grandes centros e a disparar no litoral algarvio. Esta situação beneficia a nova construção e a especulação imobiliária. Resultado: Portugal é o país da Europa que menos investe em reabilitação (4% contra uma média europeia de 33,3%).

Constrói-se mais e, no entanto, há cada vez mais casas vazias. Na última década, Lisboa perdeu 106 mil habitantes e o Porto 40 mil, num processo de suburbanização das vidas dos portugueses. Em Lisboa, cerca de 17% das casas estarão desabitadas.

Ao mesmo tempo, o interior continua a desertificar-se, com estradas que têm tido a utilidade de tornar mais fácil de lá sair, mas sem investimento para a instalação de empresas e criação de equipamentos públicos.

Nos transportes, uma das batalhas fundamentais é a criação das Autoridades Metropolitanas de Transportes, propostas pelo Bloco de Esquerda na última legislatura. Nas autárquicas, todos estiveram de acordo. Veremos agora. As AMT's são fundamentais para a criação de uma política tarifária racional e aliciente e para a articulação de meios de transporte.

Para além das revisões fiscais no imposto automóvel e em relação aos combustíveis é urgente a aposta decidida no circuito ferroviário. Foi, nas duas últimas décadas, o grande sacrificado deste desenvolvimento conservador, começado pelo cavaquismo e continuado pelo guterrismo. Há cada vez menos linhas, menos comboios e menos passageiros para o meio de transporte mais amigo do ambiente. Em vez de investimento faraónicos em linhas megalómanas de TGV – como o projecto apresentado pelo ministro do Equipamento Social, Ferro Rodrigues – o Bloco defende a ligação do país à rede europeia de alta velocidade e, para o território nacional, um investimento prioritário na rede ferroviária:

A privatização da água

A água tem estado sob administração municipal e assim continua, com excepção da EPAL. No entanto, nos últimos dez anos houve mudanças muito significativas, com a criação, pelo governo do PSD, em 1993, da Águas de Portugal, AdP. A partir de então, houve um grande investimento europeu e nacional na criação de infra-estruturas de saneamento básico. Os municípios constituíram empresas inter-municipais, com a participação da AdP, que hoje abastece dois terços da população portuguesa. As excepções estão nos distritos de Évora e Beja.

Este modelo de gestão teve virtudes, porque impôs a melhoria da qualidade da água em municípios cujas câmaras secundarizavam a questão. Mas existem ainda muitas deficiências neste plano, que afectam as populações.

Mas este modelo avançou agora, com o governo PS, para um projecto de privatização. A EPAL, que é uma empresa rentável, começou a ser desmantelada desde o início de 2001 e será reduzida a dois terços dos seus quadros actuais, porque essa é a forma de preparar a privatização que será uma venda a empresa estrangeira, que tem a sua própria tecnologia de gestão, de engenharia, de planeamento. E a AdP será também privatizada.

Tal significa que o abastecimento das águas será entregue a uma das grandes empresas internacionais, num mercado controlado pela Vivendi, Saur e Lyonnaise des Eaux, francesas, e Rwe, alemã. Ora, a experiência internacional é categórica: a privatização das águas tem sido um desastre. Foi o que aconteceu em Inglaterra, depois da sra. Thatcher ter decidido entregar aos privados todo o sector: a factura duplicou para as famílias, a qualidade da água degradou-se. Como escrevia o Wall Street Journal, "a venda pelos britânicos das empresas estatais de água provou ser um desastre". Nos Estados Unidos, em França e noutros países também se verificou que a qualidade do serviço público é superior à dos privados. E por razões óbvias: o pagamento dos dividendos aos accionistas determina uma lógica de rentabilidade a curto prazo que ignora os custos dos investimentos de longo prazo e a necessidade social de redistribuir às famílias as vantagens pelos custos: um serviço público não procura o lucro mas sim a qualidade.

A exigência de qualidade dos serviços públicos é outra dimensão do problema da responsabilidade ecológica.

Ora, para que a sustentabilidade ecológica e social predomine sobre interesses empresariais imediatistas, há uma escolha democrática a fazer. E essa tem sido a grande dificuldade e a razão da oposição dos governos a qualquer passo razoável numa negociação internacional.

Já na Cimeira do Rio de Janeiro, em 1992, não foi tomada nenhuma decisão para resolver os problemas detectados na desregulação ambiental, a não ser reduzir até 2000 as emissões de CO₂ para os níveis de 1999. Mas nem isso foi cumprido. Na Cimeira de Berlim, em 1995, remeteu-se o dossier da

poluição e do efeito estufa para a cimeira de dois anos depois, em Quioto. Ora, quando se chegou à reunião de 1997, os países representados aceitaram a pressão do Banco Mundial, que desde 1996 impulsionou uma campanha insistente a favor de autorizações de emissão negociáveis: embora a cimeira rejeitasse o princípio do aluguer destas autorizações de emissão, o certo é que estas passaram a poder ser vendidas (entenda-se, pelos países mais pobres, que tinham licença para poluir mais, aos países mais ricos, que já se aproximavam do limite da sua capacidade poluente em função da industrialização rápida). Dessa forma, a desigualdade entre países mais e menos industrializados agrava-se, tendo como contrapartida a hipocrisia absoluta sobre as necessidades ecológicas do planeta. A Europa foi parte interessada e interesseira nesta negociação. Bush foi mais claro ainda, recusando assinar o Protocolo de Quioto, para não se incomodar com os limites aí fixados.

Essa recusa tem como argumento o crescimento, que deve poluir: é a corrida ao crescimento que agrava os riscos colectivos, como a poluição, a produção de resíduos não recicláveis, o esgotamento de fontes energéticas, e é por isto mesmo que uma ecologia social é condição para um modelo de desenvolvimento alternativo e global.

Por isso, o Bloco defende uma estratégia de preservação da biodiversidade, associada a outro bem comum, que é a riqueza e variedade das paisagens, e que tem sido sonogada em nome de interesses particulares. Esta perspectiva é agora agravada com a iniciativa de privatização da Portucel – um dos núcleos da fileira do papel que a eucapliptização do país tem desenvolvido – em que a direita e o PS são coniventes.

UMA SOCIEDADE ABERTA À IMIGRAÇÃO COM DIREITOS

A imigração é também uma questão central para o país. Os resultados preliminares dos Censos 2001 indicam que ela contribuiu para 80% do crescimento demográfico da década, com um saldo migratório positivo de cerca de 361.100 pessoas. Mas ser imigrante equivale a ser cidadão de segunda, de terceira ou mesmo de quarta categoria. De segunda se for residente, porque não tem direito a participação política; de terceira de tiver autorização de permanência, porque só cá pode ficar enquanto interessar ao patronato; de quarta se estiver ilegal, porque só existe para trabalhar e ser explorado e não tem acesso a

direitos sociais fundamentais, nomeadamente Segurança Social, educação, saúde e habitação. E é de facto uma imigração que começa quase sempre por ser ilegal: com o processo de regularização extraordinária de 1996, o número de imigrantes legais originários dos países de língua oficial portuguesa (imigração dominante na década de 90) subiu em mais 50%, o que equivale a dizer que os ilegais representavam cerca de 1/3 da população imigrante da altura.

A política era restritiva na circulação de pessoas, mas as pessoas continuaram a chegar, porque o seu trabalho era e continua ser necessário ao país. Mas a resposta da governação socialista a uma situação insustentável, fortemente criticada por largos sectores da sociedade civil, foi escandalosa. O PS aliou-se ao PP e pôs em prática uma autêntica política de “entrada pelas portas dos fundos” no que diz respeito à gestão de fluxos migratórios e de tratamento dos imigrantes como cidadãos descartáveis que, com as autorizações de permanência, podem ser dispensados no prazo de cinco anos, o que não aconteceria com autorizações de residência.

Os trabalhadores com autorização de permanência continuam numa situação precária e vulneráveis à exploração. Nos mais variados sectores – construção civil, hotelaria, restauração e limpezas –, muitos patrões recorrem à chantagem para manter o trabalhador em condições laborais e remunerações miseráveis. Se o trabalhador deixar o emprego o patrão comunica à Inspeção Geral de Trabalho, o que pode valer-lhe a anulação ou não renovação da autorização de permanência. Em suma, estes imigrantes estão legais mas continuam a constituir mão-de-obra descartável.

Este panorama poderá permitir alimentar um nova bolsa de imigrantes clandestinos - os que se legalizaram, mas que perderam a autorização de permanência –, situação que se agravará quando se iniciar o período de renovação das autorizações emitidas ao longo deste “processo de legalização”. Estes trabalhadores vão juntar-se às dezenas de milhares de imigrantes que se encontram actualmente a trabalhar em Portugal e que não conseguiram legalizar-se devido à desregulamentação das relações laborais.

Esta é uma situação extremamente prejudicial não só para trabalhadores imigrantes, mas também para trabalhadores nacionais, pois permitirá aos patrões impor baixos salários e desrespeitar direitos laborais e de cidadania conquistados pelos trabalhadores portugueses – retirando assim altos dividendos económicos

– e apenas contribuirá para uma maior desregulamentação do mercado de trabalho e das relações laborais.

Por isso urge atribuir de autorização de residência aos trabalhadores que actualmente têm autorização de permanência e a regularizar todos os imigrantes que se encontravam em Portugal, antes do encerramento do processo de legalização.

Há fortes indicadores de que estes trabalhadores estão e vão continuar a contribuir para um aumento da receita pública com e para uma redução do défice público. Segundo cálculos divulgados pelo Diário Económico (1 de Setembro de 2001), a contribuição para a Segurança Social destes trabalhadores está estimada entre os 56 e os 63,6 milhões de contos, valor que vai ser determinante “para o crescimento record nas contribuições” – de 10% -, que na prática poderá atenuar a derrapagem orçamental verificada.

A questão que actualmente se coloca, tal como o BE já apresentou no Parlamento, é a de que forma poderá ser garantido que a gestão dos fluxos migratórios se faça através da utilização de canais de imigração legal e, em particular, de imigração económica em que os mecanismos de concessão de vistos de trabalho e de posterior acesso a autorização de residência assumem uma especial centralidade.

Por outro lado, há que defender a salvaguarda dos direitos do cidadão estrangeiro, não só na decisão de recusa de entrada mas também no processo de expulsão, no acesso ao direito a asilo e ao reagrupamento familiar, assim como extinguir a pena acessória de expulsão, já que o cidadão imigrante é duplamente punido.

O Bloco de Esquerda reafirma a necessidade de uma política de imigração que estabeleça mecanismos de gestão de fluxos migratórios através de canais legais, que reconheça os direitos fundamentais do cidadão imigrante e a diversidade cultural como fonte de enriquecimento do desenvolvimento civilizacional.

O Bloco compromete-se com:

- a extinção das “autorizações” de permanência;
- a regularização dos imigrantes que já se encontravam a trabalhar em Portugal à data de encerramento do processo de legalização, mas que, injustamente, dele foram excluídos;

· a criação de mecanismos de gestão de fluxos migratórios com a concessão de vistos através da abertura de inscrições nos postos consulares, desde que se verifique necessidades de mão de obra em Portugal,

· o impedimento da utilização dos acordos e protocolos bilaterais com países terceiros como forma de recrutamento discriminado de trabalhadores em função dos países de origem (quotas por países);

· o reforço dos direitos do cidadão estrangeiro não só na decisão de recusa de entrada mas também no processo de expulsão, no acesso e ao direito a asilo, ao reagrupamento familiar;

· a extinção da pena acessória de expulsão;

· a protecção das vítimas de tráfico de pessoas, incluindo protecção jurídica e social, já propostas pelo Bloco na anterior legislatura;

· a ampliação do direito de voto e de participação política dos imigrantes.

Estas são as prioridades do Bloco na viragem da política de imigração.

UMA POLÍTICA PARA A DEMOCRATIZAÇÃO DO ESPAÇO

As desigualdades sociais e económicas deixam a sua marca no território: a modernização conservadora assenta na exclusão de pessoas e lugares. As aldeias e regiões abandonadas do interior, as extensas periferias urbanas desqualificadas, os bairros clandestinos, a sobre-ocupação ou a degradação de habitações, as casas devolutas nos centros das cidades são marcas dessa marginalização.

A redistribuição da riqueza e as políticas sociais e económicas que propomos são um factor de justiça e inclusão social e condição para a melhoria das condições territoriais, urbanas e habitacionais para todos. Ao nível mais específico, para além dos compromissos a nível da reforma fiscal visando maior equidade na contribuição autárquica e o combate à especulação imobiliária, o Bloco defenderá a redefinição do Fundo de Equilíbrio financeiro para as regiões mais desfavorecidas (visando estimular a criação de

condições atractivas à instalação de pessoas e actividades), a elaboração de planos de ordenamento do território que promovam um desenvolvimento equilibrado e sustentável, e a definição de uma política coerente e de maior justiça social para as cidades.

Combaterá a especulação imobiliária e fundiária, apoiará os programas com vista a um desenvolvimento integrado e integrador socio-urbanístico, com discriminação positiva para as áreas e famílias mais carenciadas, defenderá programas de melhoramento dos espaços públicos e dos equipamentos colectivos em harmonia com os quantitativos da procura social, incentivará a participação pública na elaboração dos planos, promoverá a cidadania activa através da criação de instrumentos de democracia participativa, de apoio ao associativismo e aos movimentos sociais urbanos.

Contra os programas avulsos que têm dominado a intervenção pública a nível da habitação, o Bloco defenderá uma política social de habitação (em vez de uma política de habitação social) que incorpore vários tipos de promoção e de parcerias públicas e privadas, cooperativas ou associativas, que integre o regime de venda ou de renda apoiada para os jovens e famílias de menos recursos, que convide a respostas integradoras e inovadoras às questões de realojamento, à requalificação dos bairros de habitação social, dos bairros clandestinos ou das áreas suburbanas, e também à reabilitação e reocupação do parque habitacional dos centros urbanos.

○ Bloco lutará contra a destruição do património histórico arquitectónico de qualidade, contra a construção de empreendimentos imobiliários agressivos, segregadores e desconexos e contra os atentados ambientais.

3. DEMOCRACIA NO ACESSO À SAÚDE

REFORMAR O SISTEMA DE SAÚDE, SEPARANDO O SERVIÇO PÚBLICO DO PRIVADO

Devem predominar quatro princípios de referência para a reforma do sistema de saúde:

a universalidade do direito à protecção da saúde, a existência de um serviço público estruturante do sistema de saúde, no contexto da necessidade de desenvolver as condições sociais determinantes do progresso da saúde, a responsabilidade prioritária do Estado no desenvolvimento do sistema de saúde e na sua regulação, e o carácter descentralizado e participado da gestão do Serviço Nacional de Saúde (SNS).

Ora, ao longo dos vinte e dois anos que decorrem desde o lançamento do SNS (Setembro de 1979), o sistema de saúde sofreu grandes alterações, que permitiram progressos assinaláveis no nível de saúde dos portugueses: entre outros, estamos actualmente ao nível de alguns dos países mais desenvolvidos no que diz respeito à taxa de mortalidade infantil (que passou, entre 1970 e 1990, de 58 para 7 por mil), e a esperança de vida aumentou no mesmo período de 65 para 75 anos, embora sendo ainda inferior à de outros países desenvolvidos. Mas o mesmo progresso não se regista na mortalidade adulta, na resposta à prioridade da qualidade dos cuidados primários e na prestação de serviços no sistema de saúde em geral, na resolução das assimetrias sociais e espaciais no acesso aos cuidados.

Por isso mesmo, a situação da saúde pública em Portugal é muito preocupante. Como revelado pelo Inquérito Nacional de Saúde, temos das mais elevadas taxas de alcoolismo e de toxicodependência de toda a Europa, registamos quatro vezes os casos de sida por habitante em relação à média europeia e duas vezes e meia os casos de tuberculose.

Face a estes dados objectivos sobre a situação da saúde pública, mais preocupante se torna a constatação de que temos um sistema de saúde que discrimina os mais pobres e os mais necessitados: a possibilidade de acesso a cuidados de qualidade varia na razão directa da capacidade económica e na razão inversa da necessidade de acesso aos cuidados de saúde. Um inquérito do Departamento de Psicologia da Universidade do Minho, a partir de uma amostra de 3507 utentes e cujos resultados foram conhecidos no início de 2001, prova que os doentes sem dinheiro para medicamentos, e em particular os idosos com falta de recursos, não se tratam mesmo que lhes tenham sido prescritos medicamentos.

O Inquérito Nacional de Saúde de 1987 já tinha estabelecido uma relação entre estado de saúde e a situação social (tomando como referência o nível de escolaridade), demonstrando que essa relação inversa entre acessibilidade e necessidade está estruturada socialmente. Segundo Cipriano Justo, em 1993 a mortalidade infantil era de 8,7 por 1000, mas entre as mães analfabetas atingia o valor excepcional de 19,6, enquanto que entre as mães com curso superior era unicamente de 3,7 por mil. O mesmo autor indica que, em 1982, a taxa de mortalidade geral era pelo menos duas vezes superior nos segmentos inferiores da pirâmide social, e três vezes no caso das doenças cardiovasculares (Cipriano Justo, *O Estado das Coisas de Estado – Políticas de Saúde em Portugal, 2001*). Embora estas diferenças se tenham reduzido, continuam a ser a marca da profunda desigualdade social no acesso à saúde.

Uma expressão dessa dramática contradição é a situação actual do consumo de medicamentos. Paradoxalmente, Portugal regista dos maiores índices de consumo de medicamentos entre os países da OCDE. Comparando os gastos totais em produtos farmacêuticos em termos de percentagem do PIB e em termos de paridades de poder de compra, para 1987 e para 1997, verifica-se que em Portugal o gasto passou de 1,7 para 2,1%, enquanto que na Dinamarca passou de 0,6 para 0,7% e na Irlanda desceu de 0,8 para 0,7 – um terço do gasto que ocorre em Portugal.

Este altíssimo nível de consumo de medicamentos não é uma demonstração de desenvolvimento; antes pelo contrário, prova a extrema vulnerabilidade da procura à determinação pela oferta da indústria farmacêutica, o predomínio da sobre-prescrição pelos médicos, a sobrevivência de uma cultura consumista e mesmo a medicalização extrema de alguns problemas com causas sociais (como o stress).

Ora, a reforma do sistema de saúde responde a uma das condições mais importantes da democratização do acesso aos direitos da modernidade. A saúde é um dos direitos mais fundamentais e certamente o que tem sido mais prejudicado pela mercantilização e pela incompetência. Em nome do direito à saúde, o Bloco de Esquerda reafirma as razões fortes do seu combate político pelos direitos humanos: o direito à informação do cidadão sobre a sua saúde, o direito a decidir sobre alternativas terapêuticas, o direito a escolher.

Se o objectivo da política de saúde é manter as pessoas mais anos sem doenças e com melhor qualidade de vida, então o sistema de saúde deve mobilizar as capacidades da escola, da informação e educação para a saúde, incluindo sobre sexualidade ou sobre nutrição, tal como deve agir no combate aos acidentes de trabalho ou rodoviários, e ainda aos acidentes domésticos, tal como deve incidir sobre as políticas de combate à toxicod dependência

Pretende o Bloco introduzir uma saúde centrada na pessoa e repudia, em consequência, uma visão tecnocrática da ciência, favorecendo em alternativa uma visão humanista. Partimos por isso de uma ideia forte: o doente é parte integrante da terapêutica, uma parte relevante das doenças é constituída por doenças crónicas em que os doentes são os controladores do tratamento: nesse sentido, a educação terapêutica e a educação para a saúde são essenciais – e é por essa mesma razão que importa reformar o Serviço Nacional de Saúde, aproximar os especialistas, desenvolver consultas nos centros de saúde, reforçar a medicina de proximidade e definir o médico assistente e outros profissionais de saúde como o eixo do acompanhamento das pessoas, ao passo que os hospitais e outros centros especializados são consultores e prestadores de serviços e técnicas e terapêuticas avançadas. No mesmo sentido, opomo-nos aos lobbies e interesses que dominam o sector, em particular o da Ordem dos Médicos, da Associação Nacional de Farmácias e da indústria farmacêutica, e afirmamos a nossa oposição a um conceito de “acto médico” que exclua qualquer sector de profissionais de

saúde, de medicinas convencionais ou não convencionais e naturais.

A feroz oposição da Ordem dos Médicos à lei proposta pelo Bloco para a legalização e regulamentação das medicinas não convencionais demonstrou como é que este sistema reage freneticamente contra a liberdade de escolha dos cidadãos. O governo procurou igualmente impedir esta legislação, e o PSD e o PP mobilizaram-se para a impedir, com a permissividade do PS – e esta lei foi a única que, tendo sido aprovada em versão final pela Comissão Parlamentar respectiva, acabou por não ser votada. O corporativismo ergueu-se em defesa dos seus privilégios e contra os milhões de cidadãos que recorrem a terapêuticas e medicinas não convencionais. Mas a legalização e regulamentação da acupunctura e medicina tradicional chinesa, da homeopatia, da naturopatia, da fitoterapia, da quiropraxia e da osteopatia é fundamental para proteger o direito de informação e de escolha terapêutica dos cidadãos.

Por tudo isto, a reforma do sistema de saúde é uma prioridade nacional. E deve começar pelo Serviço Nacional de Saúde que o nucleia.

E, de facto, a saúde foi uma prioridade constitucional, mas nunca se concretizaram esses direitos essenciais. Pretendiam os primeiros constituintes que o Serviço Nacional de Saúde fosse universal, geral e gratuito. Esse desígnio nunca foi cumprido na íntegra. O SNS é universal desde 1978 e geral desde 1984, com a integração dos serviços médico-sociais das antigas caixas de previdência, mas nunca foi gratuito, nem tendencialmente – o que suporia que se aproximaria historicamente da gratuitidade, o que é exactamente o contrário do que se passa. Actualmente, o SNS abrange 76% dos portugueses, tem fronteiras frequentemente indistintas com os interesses privados, tem vindo a ser degradado pela sub-orçamentação, pelo sub-financiamento e pela falta de rigor de gestão e de avaliação, tem sido vulnerabilizado pelos interesses corporativos. Dessa situação é testemunha a inexistência de relatórios e contas deste serviço desde 1998, o que configura uma situação de grande anormalidade.

Por outro lado, estas deficiências do SNS revelam a fragilidade dos cuidados de saúde em Portugal, que são em grande medida pagos pelas famílias, que suportam cerca de 40% da despesa em saúde, o que é aproximadamente o dobro do esforço verificado em países desenvolvidos com os quais Portugal se compara. Portugal é dos países da União Europeia em que, no financiamento das despesas de saúde é mais

baixo o peso relativo da componente pública e mais elevado o peso relativo da componente privada.

Os gastos totais com saúde são hoje cerca de 8,2% do PIB, confrontados com cerca de 9,6% em França, 8,6% na Holanda ou 14,2% USA (592 contos por habitante, para 165 contos em Portugal), e de 10% de média na UE. Entretanto, cerca de 34% das despesas do SNS são transferências para privados e temos das medicinas privadas mais caras da Europa. Globalmente gastamos de menos na saúde e o que gastamos, gastamos mal – e é por isso mesmo que uma lógica estritamente economicista ou contabilística da reforma do sistema de saúde é inoperacional e errada se não for norteadada por uma política de qualidade dos cuidados de saúde e de investimento em saúde.

A crise do Serviço Nacional de Saúde

A crise do SNS tem sido analisada e compreendida como uma expressão de um profundo défice democrático. O ex-Director Geral da Saúde, Constantino Sakellarides, apresentava, em finais de 1999, o seguinte diagnóstico dessa crise:

“O SNS é hoje um empreendimento que movimenta cerca de mil milhões de contos por ano. Emprega directamente mais de cem mil pessoas. Movimenta importantíssimos sectores da sociedade e da economia portuguesa. E, no entanto, tem sido aparentemente pacífico que este conglomerado de grandes proporções e complexidade, financiado pelos contribuintes através do Estado, tenha crescido consideravelmente durante anos sem as mínimas condições de racionalidade:

- sem uma estratégia de desenvolvimento explícita com objectivos e mecanismos de implementação dirigidos aos grandes problemas de saúde do país;
- sem adopção de formas de remuneração do trabalho profissional em saúde que respeite as suas especificidades;
- sem uma política de promoção da qualidade;
- sem uma política de recursos humanos que evitasse por antecipação o excessivo envelhecimento das profissões de saúde e as suas exigências específicas, e uma política para as profissões de saúde;

- sem uma gestão profissionalizada na identificação e controlo de desperdícios que comprometem recursos essenciais;
 - sem qualquer planificação para a modernização da saúde pública portuguesa;
 - sem a concepção de um sistema de informação de saúde capaz de contrariar uma já longa 'tradição' de dados colhidos sem objectivos precisos, que se foi degradando por falta de análise e utilização apropriada, incapaz de produzir indicadores de desempenho e resultado que façam sentido.
- É destas graves omissões que tem sofrido ao longo dos anos o sistema de saúde português." (Constantino Sakellarides, "A Saúde em Tempo de Mudança", relatório da DGS, Novembro de 1999)

Dessas omissões herdámos um sistema de saúde com gravíssimos problemas. Problemas de estrutura, de estratégia, de definição.

São problemas que se acumulam ao longo dos anos. E que se agravam, como é o caso da falta de médicos. De facto, não faltam médicos em Portugal. Mas, espantosamente, faltam onde são precisos. E, pior ainda, vão faltar cada vez mais. Portugal, que tem tantos médicos por habitante como a França e mais do que o Reino Unido, a Suécia, a Irlanda ou a Finlândia (3,2 médicos, mas está em último lugar com os seus 0,8 farmacêuticos e 0,2 dentistas por 1000 habitantes) tem uma distribuição geográfica distorcida e errada: cerca de um quarto dos médicos está na região de Lisboa (assim, a relação entre os médicos e a população é de 1/176 em Lisboa mas de 1/700 na Covilhã).

A distribuição etária é igualmente preocupante: como 41% dos actuais médicos se reforma em 2005, e dentro de 15 anos cerca de três quartos dos actuais médicos já não estará a trabalhar, o sistema tornar-se-à pura e simplesmente inoperacional, a não ser que sejam alteradas as estruturas de formação ou contratados profissionais imigrantes em número suficiente. Ora, as duas novas faculdades de medicina, do Minho e da Beira Interior, terão 110 alunos por ano e, atendendo a que são precisos 11 a 14 anos para formar um especialista, não bastarão para resolver a falta de médicos. Ao mesmo tempo, vive-se desde já uma incontornável falta de enfermeiros, da ordem de mais de uma dezena de milhar, e faltam ainda

auxiliares de acção médica, cuja integração e formação profissional poderia libertar enfermeiros de outras tarefas que actualmente cumprem.

Uma política de direitos: rejeitar a discriminação da deficiência

A não-discriminação dos imigrantes está de há muito legislada: a lei 8/98 estabelece as bases de uma política de prevenção e reabilitação, o decreto-lei 123/97 determina a abolição de barreiras físicas e arquitectónicas à mobilidade, a quota de emprego na função pública está determinada, há um programa comunitário de apoio ao deficiente. Está muito dito, mas tão pouco feito.

Pelo contrário: com os cortes orçamentais sistemáticos no ensino especial, sem escolas preparadas para a formação de professores e monitores, sem estruturas aceitáveis de integração social e profissional dos cidadãos com deficiência, os governos provaram que não se importam de agravar este drama nacional, que indigna e revolta todos os que se sentem ofendidos com a indiferença do poder. Cumprir a lei e estender os direitos — e aplicá-los — exige um custo e um esforço. Essa é a luta do Bloco.

Ao nível dos cuidados primários, esta crise é igualmente visível. Dos 388 centros de saúde, raros são os que dispõem de capacidade para pequenas intervenções; desde os anos 80, as consultas de pediatria, ginecologia e obstetrícia e de outras especialidades foram desarticuladas; faltam meios auxiliares de diagnóstico. Não há portanto condições nestes centros, nem em número e qualificação dos profissionais de saúde, nem em equipamentos, incluindo meios auxiliares de diagnóstico, capacidade de internamento e de resposta satisfatória a urgências de primeira linha para os quais são vocacionados.

A crise é agravada pelo descontrolo da gestão do SNS, que tem crescido ao longo do tempo.

Como assinalava o actual ministro da Saúde, antes de ocupar a sua pasta, "globalmente, para o

conjunto dos anos que vão de 1995 a 2000, admitindo que todos os recursos concedidos foram bem geridos, a sub-orçamentação inicial do SNS ronda os 16%” – não podia haver balanço mais claro do que foi a governação do seu próprio partido.

Em consequência deste descontrolo, resultado da prática acumulada de sub-orçamentação, de falta de credibilidade dos contratos e orçamentos, de falta de rigor na gestão, de facilitação dos interesses privados e dos lobbies instalados, as contas do SNS no ano de 2001 voltam a aproximar-se de um défice vertiginoso. O défice acumulado ultrapassa os 400 milhões, o dobro do que estava previsto, um défice da ordem de 42% do orçamento inicial de 2001, o que, a verificar-se, só terá sido ultrapassado em 1998.

Por outras palavras, estamos em situação de pré-colapso porque, não tendo sido realizada nenhuma reforma de fundo, nem quanto à qualidade dos cuidados de saúde, nem quanto à forma da sua gestão, o financiamento deixa de obedecer a regras explícitas e controláveis e passa a ser uma forma de promover os poderes obscuros de que sucessivos responsáveis governamentais se queixam sem conseguirem tomar qualquer iniciativa sustentada. O fracasso é ainda marcado pelo facto de que as potencialidades de gestão introduzidas pela legislação vigente não foram aproveitadas: o Conselho Nacional de Saúde não funciona, a administração central do SNS não existe e, portanto, os órgãos de coordenação do SNS ficaram por criar – em consequência, muita da mais importante legislação aprovada ficou por aplicar.

Assim, sem planeamento do uso dos recursos, vão sendo tomadas decisões desconexas e incoerentes, como a construção de três hospitais num raio de 50 km (Abrantes, Torres Novas e Tomar), o que determinou que a União Europeia se recusasse a financiar dois deles, havendo ainda simultaneamente um notório sub-financiamento dos hospitais de Santarém e Leiria que tem impedido o desenvolvimento das suas capacidades de resposta.

Esta inacção contrasta nitidamente com a promessa apresentada pelo PS, que no seu Programa do governo garantia que “chegou a hora de nos comprometermos solenemente com os portugueses no que toca a uma melhoria do sistema de saúde. É indispensável ao país um sistema de saúde mais eficiente, que preste melhores serviços aos cidadãos e de qualidade reconhecida. Na próxima legislatura caminharemos decidida-

mente nesse sentido. (...) Chegou a hora da promoção da saúde como grande prioridade" (*Programa de Governo do PS para as eleições de 1999*). Assim, a saúde foi anunciada como a prioridade do governo para esta legislatura que terminou. E foi o fiasco absoluto.

No entanto, o avanço de uma reforma profunda do sistema de saúde dependia unicamente de coragem política, pois era viável uma estratégia de gestão que, assente na separação das funções financiadora, reguladora e prestadora de serviços, criasse os instrumentos legislativos para lhes dar corpo, nomeadamente definindo um modelo contratual com orçamentos e contratos-programa que permitisse introduzir mecanismos de controlo de eficiência em níveis intermediários de gestão.

Esse conjunto de propostas reformadoras devia apoiar-se em legislação já disponível mas inaplicada: as propostas estruturantes dos sistemas locais de saúde, dos centros de saúde da 3ª geração, dos centros de responsabilidade integrada nos hospitais, apoiadas na definição das funções Agência nas ARS.

Pretende o Bloco de Esquerda convocar o debate nacional sobre a reforma urgente da saúde e do SNS, definindo critérios de planeamento, controlo e gestão descentralizada no SNS, aumentando a participação dos cidadãos e portanto a adequação entre os recursos e as prioridades.

Mas, mais uma vez, é preciso partir da rejeição do pensamento débil sobre a saúde, essa estratégia que tem predominado até hoje e que assenta na impossibilidade de reformar o essencial – o conúbio entre o público e o privado, a má gestão, a falta de responsabilidade. É preciso, pelo contrário, partir de um pensamento forte e de uma razão forte: a saúde é um direito social fundamental.

Por isso, a saúde não pode ser tratada simplesmente como um mercado. A ser assim, seria dos mais irracionais dos mercados, dada a extrema assimetria de informação e de poder entre os seus operadores e entre eles e os utentes, tratando-se ainda de uma economia oligopolizada, isto é, com forte poder de condicionamento por parte de alguns dos operadores. Mais ainda, a informação é predominantemente dirigida e controlada pela indústria farmacêutica, e é um dos instrumentos do seu poder económico que os governos não quiseram controlar, nem limitar.

Por parte dos poderes públicos, a dificuldade de controlo orçamental é também notória, dado

que existe uma separação óbvia entre o prestador do serviço que toma a decisão terapêutica e a decisão económica que a pretende regular.

Por tudo isto, o Bloco rejeita vigorosamente a ideia liberalizadora e privatista que tem vindo a ser defendida e que constituiria o naufrágio do SNS, para abrir as portas a uma generalização de uma medicina socialmente ainda mais discriminadora, o que constituiria uma forma brutalmente injusta de anular o direito universal à prestação dos cuidados de saúde.

O resultado das iniciativas privadas tem sido, aliás, uma demonstração categórica da sua incapacidade em fornecer um serviço de qualidade a preço socialmente aceitável.

No caso do Hospital da Cruz Vermelha, foi mesmo preciso um negócio com o governo que garantiu que, em vez do recurso natural ao Hospital do Coração e a Santa Marta, os cuidados em cardiologia pediátrica e urologia seriam desviados para a Cruz Vermelha. Ao mesmo tempo, o governo decidiu em 1998 que a Partest compraria 45% deste hospital privado, a um preço que decuplicava o seu valor de mercado (as acções foram compradas a 10400 escudos, quando valiam 1006), o que permitiu regularizar o passivo injectando desta forma 2,3 milhões de contos na empresa, e estabelecendo ainda um acordo por 5 anos que garante 80% da facturação da unidade.

O Tribunal de Contas publicou um relatório em que denuncia este acordo, considerando que "não cabe ao Estado apoiar uma instituição privada com dinheiros públicos, para sanar passivos para os quais o Estado em nada contribuiu, para mais desconhecendo-se a origem de tal situação".

No Hospital da Feira, que foi entregue pelo governo a um regime de administração segundo regras empresariais privadas, foi sendo criada uma cultura de irresponsabilidade social que leva a administração a considerar que o poder de compra deve discriminar os tratamentos aos doentes.

Assim, na Deliberação do Conselho de Administração nº5, de 20 de Setembro de 1999, escreve-se que "o interesse do doente é também salvaguardado, pois é legítimo os mais ricos poderem pagar para escolher o médico e serem internados em melhores condições hoteleiras, ao mesmo tempo que, sendo

atendidos e tratados fora dos tempos normais de trabalho do hospital, estão potencialmente a libertar vagas para outros a serem tratados "nesses períodos".

As situações de abuso são muitas e têm sido agravadas pela política privatizadora. O Hospital Amadora-Sintra, por exemplo, tem sido denunciado pelo uso de uma clínica de retaguarda, a da Nossa Senhora da Lapa, que não tem autorização nem foi sujeita a vistoria pelos serviços competentes do Ministério, e que não terá condições mínimas.

A definição das regras de gestão do SNS deve permitir evitar estas situações. Por outro lado, o serviço público deve cobrir todas as áreas em que são necessários cuidados de saúde, nomeadamente com a inclusão de dentistas nos hospitais e centros de saúde, e com a expansão para aqueles sectores em que o privado continua a dominar: a radiologia, as análises clínicas, a fisioterapia, a oftalmologia, a hemodiálise e, em geral, as consultas.

Assim, pretende-se iniciar a separação clara entre os sectores público e privado no sistema de saúde, objectivo que tem sido ao longo dos anos anunciado e proposto por diversas forças políticas e governos, sem que no entanto tenha jamais sido concretizado de forma conclusiva. O combate ao peso dos lobbies no sector da saúde – que dominam ou influenciam um sector e um mercado que é dos mais importantes do ponto de vista da economia nacional – só pode ser desenvolvido em função dessa separação, que é uma prioridade democrática. Mas os lobbies presentes no sistema de saúde são poderosos e têm elevada capacidade de adaptação, sejam os interesses corporativos de profissionais de saúde, sejam os representantes dos interesses económicos das farmácias privadas ou dos produtores de medicamentos. Por isso mesmo, deve-se definir regras, incluindo a da transparência das decisões e da articulação das medidas de controlo e de gestão, para garantir os objectivos sociais de um sistema de saúde de qualidade como condição de cidadania.

A experiência tem indicado que a indústria farmacêutica, em particular, tem sido capaz de contornar as políticas do medicamento, seja lançando novas moléculas, seja determinando o mercado dos genéricos, seja usando estratégias de preço ou de volume para influenciar a procura. A resposta das políticas públicas a este poder de mercado deve assentar na articulação de múltiplos elementos de gestão dos

sistema de saúde, em particular garantindo a transparência das decisões, a informação sobre os cuidados de saúde, os seus orçamentos e os seus custos, de modo a definir um objectivo social para a saúde que condicione a actividade privada e pública. Uma nova política do medicamento, assente na difusão de genéricos com base nas farmácias públicas em centros de saúde e hospitais, em doses de acordo com a prescrição, permite não só diminuir a despesa das famílias mais pobres como também um melhor controlo dos custos do sistema.

Pelas mesmas razões, o Bloco de Esquerda opõe-se à ideia de que o factor preço deva ser a principal condicionante racionalizadora do sistema. Foi com essa lógica que foram introduzidas as “taxas moderadoras” que, como a designação indica, procuravam racionalizar a procura em função do preço dos serviços. Ora, a experiência demonstrou categoricamente que esse condicionamento foi irrelevante para os fins propostos, e que, pelo contrário, conduziu a um agravamento das injustiças sociais e da discriminação no acesso à prestação dos cuidados de saúde. Um mercado de medicamentos que é dos mais caros da Europa não deixou de conviver com uma cultura consumista e prescricionista, mesmo que os mais pobres frequentemente não usem os medicamentos que deviam. Fixar um preço não impediu o congestionamento das unidades hospitalares com urgências artificiais. Por outras palavras, perante a emergência e o sentido de temor pela saúde, o factor preço foi inútil para racionalizar a procura e tornou-se um mero expediente para financiar parcialmente a oferta pública. O Bloco desenvolve uma estratégia alternativa, procurando racionalizar a prescrição de medicamentos, qualificar os centros de saúde e estimular a qualidade dos cuidados primários, desconcentrar os serviços, aumentar a participação cidadã como um critério de qualidade fundamental, e dessa forma combinar políticas de oferta e de procura para racionalizar o sistema de saúde em função das metas democraticamente definidas para o seu desenvolvimento.

Deve-se assim consolidar os novos instrumentos de planeamento e de desenvolvimento do Serviço Nacional de Saúde, regulando ao mesmo tempo a telemedicina e as novas formas de circulação e processamento da informação em saúde.

SIDA: a urgência de uma resposta

Em 1998, cerca de dois milhões e meio de pessoas foram contaminadas por Sida no mundo: um novo caso em cada cinco minutos. E Portugal tem uma das maiores taxas de incidência da doença, entre os países europeus. É um alerta e uma urgência.

A resposta da sociedade tem sido obscurantista e temerosa, e é esse impasse que importa romper.

Por isso, o Bloco propõe a criação de uma rede de apoio domiciliário a pessoas infectadas com HIV. Assumindo a Sida como uma doença crónica e não como uma doença fatal, temos que apostar na qualidade de vida destes doentes, procurando diminuir os períodos de internamento hospitalar que contribuem para aumentar o isolamento do doente. Por outro lado, a rede de apoio domiciliário tem uma função de combate à exclusão social, porque, como se sabe, muitas das pessoas afectadas por doenças crónicas vêm a sua rede de relações sociais diminuir progressivamente, passando a contar apenas com as redes secundárias, como as instituições de saúde.

Outra alteração fundamental que é urgente diz respeito à definição de um critério de separação entre os sectores público e privado, que tem constituído uma promessa nunca cumprida – muito menos, agora, quando o governo desenvolve propostas que vão no sentido de uma crescente privatização do Serviço Nacional de Saúde. Ao estabelecer uma carreira do SNS que exclui qualquer prestação no sector privado, o Bloco defende que existe um conflito de interesses fundamental quando um profissional trata os mesmos doentes, na mesma área, na mesma especialidade, tanto no sector público como no sector privado. E que a solução para esse conflito de interesses é a definição de uma carreira do SNS, com estatuto remuneratório requalificado, com exclusividade e em tempo completo prolongado. Essa reforma fundamental é o único caminho para introduzir um novo critério de rigor na gestão do SNS, e uma melhoria generalizada na capacidade de atendimento e de resposta do SNS.

EM PARTICULAR, O BLOCO APRESENTARÁ AS SEGUINTE INICIATIVAS NA PRÓXIMA LEGISLATURA:

1. Separar o sector público do privado, terminando a situação de acumulação de funções públicas e privadas nas unidades do SNS, criando nesse sentido uma carreira exclusiva no serviço público, aumentando as remunerações dos profissionais nesses casos e garantindo-lhes as condições para a sua participação nas prestações de cuidados de saúde.

2. Alterar as regras de gestão do SNS, separando as funções reguladora, prestadora e financiadora, definindo os critérios de investimento e de qualidade em saúde, criando novas formas de gestão participada como os centros de responsabilidade, no âmbito de novas formas de contratualização, monitorização e avaliação, e de responsabilização, como os orçamentos de prescrição, garantindo a intervenção das Comissões de Utentes;

3. Legalizar e regulamentar o exercício das medicinas não convencionais, incluindo a acupunctura e a medicina tradicional chinesa, a homeopatia, a naturopatia, a fitoterapia, a quiropraxia e a osteopatia, certificando com rigor os seus profissionais e escolas de formação e garantindo a sua autonomia profissional e deontológica, retomando a iniciativa que o Bloco já desenvolveu nesta legislatura;

4. Uma política de participação e de medicamentos que favoreça o desenvolvimento dos genéricos, a participação nos medicamentos mais baratos entre os que tenham eficiência terapêutica equivalente, e a dispensa de medicamentos em farmácias públicas, em hospitais e centros de saúde respondendo às urgências e consultas externas;

5. Proibir a clonagem reprodutiva de seres humanos, recusar o patenteamento do código genético, repondo a iniciativa anterior do Bloco para a definição dos critérios da investigação, para a aplicação de testes e para a circulação da informação genética.

6. Legalizar o aborto, a ser realizado a pedido da mulher nos estabelecimentos do Serviço Nacional de Saúde, em nome da saúde pública e sobretudo em nome de um direito fundamental que é o da escolha da mulher sobre a sua vida, a sua sexualidade e a sua maternidade.

4.
IR ÀS RAÍZES

UMA
EDUCAÇÃO
ABERTA
PARA O
NOVO
MUNDO

A escola da I^a República, ou dos pedagogos da resistência à ditadura, ou ainda dos que decisivamente influenciaram a definição da educação depois do 25 de Abril, foi entendida como o instrumento fundamental do progresso. Progresso, em particular, pela inclusão: o acesso à escola seria a porta de entrada na cidadania, na democracia. Acreditou-se que o progresso da escolarização implicava o progresso da democracia e acreditava-se que a igualdade de acesso à escola era a condição fundamental do crescimento económico, da mobilidade e da coesão social. Até meados da década de 70, os discursos oficiais e os discursos críticos partilharam o pressuposto de que a escola constituía um bem comum inquestionável.

As políticas educativas e as reformas educativas introduzidas pautaram-se pela preocupação de assegurar a igualdade de oportunidades de acesso a este “bem comum”, alargar o tempo de permanência no sistema escolar e assegurar uma articulação funcional entre este e o sistema produtivo. Estas reformas e estas políticas preocuparam-se fundamentalmente com a contribuição da escola para o desenvolvimento individual e para o crescimento económico. Apoiadas numa relação estado-cêntrica e escola-cêntrica de educação, elas não tiveram suficientemente em conta a qualidade da vida no interior da escola, as condições de felicidade necessárias para que o trabalho escolar tenha sentido, nem tiveram suficientemente em conta o importante papel da escolarização no processo de desagregação de sociabilidades locais que o capitalismo acentuava.

Os discursos críticos em educação, por sua vez, acentuavam o papel das políticas educativas e dos modos de funcionamento dos sistemas escolares na promoção e reprodução das desigualdades sociais e/ou promoviam a crítica de uma certa pedagogia pela sua incapacidade em promover um desenvolvimento mais equilibrado dos indivíduos. Esses discursos promoveram a crítica do estado-centrismo e do escola-centrismo situando-se no mesmo terreno destas, ou seja, acentuando que o Estado pode promover a democratização da educação sem ter em conta que esta tem de ser pensada a partir da escola numa lógica onde o que importa é pensar a educação a partir do futuro.

Já anunciada pelos movimentos estudantis dos finais da década de 60 e pelos “discursos pedagógicos” que reivindicavam uma maior autonomia dos professores e dos alunos, a crise da escola acentua-se na década de 80. O desemprego juvenil aumentou e o desemprego dos diplomados cristalizou. Cresceram exponencialmente os espaços de aprendizagem fora da escola. Hoje já não é possível projectar o sentido do trabalho escolar nos benefícios que ele pode proporcionar no futuro. Esse sentido coloca-se no presente e no interior da própria instituição escolar. Por outro lado, a massificação da escola resultante, em parte, de uma concepção democratizadora da escola que se limitou à democratização do acesso, contribui para que a vida no interior da escola se tornasse problemática, complexa. A coesão social no interior da escola tornou-se, por isso, tão importante como a problemática da contribuição da escola para a coesão social.

Finalmente, a crise financeira do Estado, a impossibilidade deste lidar com as heterogeneidades que se instalavam no sistema escolar, contribuíram para o reconhecimento da crise do Estado educador e para se louvarem

as potencialidades de uma intervenção modesta de um Estado preocupado em devolver a educação à sociedade civil, ou seja, em enfraquecer o papel da escola pública e em financiar e favorecer a escola privada.

Pode hoje afirmar-se que este papel regulador do Estado não implicou uma dinamização do peso da burocracia estatal na gestão da escolarização nem tão pouco uma maior permeabilização das escolhas às circunstâncias locais e às preocupações dos jovens e profissionais de educação. No campo educativo, a intervenção do Estado tem sido preocupantemente deficitária. Para além da degradação da qualidade de vida nas escolas, tem-se assistido, nos últimos anos, ao desenvolvimento e valorização da influência do mercado empresarial na educação através do desenvolvimento do ensino privado, do crescimento sem precedentes da indústria dos manuais escolares e da indústria de explicações, e da importância que tem sido atribuída aos modelos de gestão empresarial como desejáveis para escola pública.

Mas no domínio de uma produção legislativa que visa normalizar o exercício de tão apregoada autonomia e na multiplicação das provas de avaliação a intervenção do Estado tem sido inequivocamente excessiva. O processo de construção da autonomia das escolas tem sido mais determinado pela procura de uma conformidade burocrática às determinações legislativas emanadas do Estado, do que às dinâmicas locais, à construção de novas solidariedades profissionais entre os docentes ou ao exercício de uma cidadania activa por parte dos alunos nas escolas. Os custos sociais e psicológicos resultantes da multiplicação das provas de avaliação não podem também ser escamoteados: institucionalização de uma avaliocracia, subordinação das estratégias de ensino e dos ritmos de aprendizagem às exigências presumíveis das provas de avaliação, sofrimento, stress e crescimento das depressões juvenis, culpabilização dos professores pelos fracassos da escolarização, docentização dos pais, numa lógica onde a escolarização e a pedagogização da vida tende hoje a transformar as escolas em locais sombrios, em dispositivos de produção de sofrimento.

A escola é, por isso, também hoje excessiva e deficitariamente omnipresente na vida dos jovens. Curricularizada em excesso e subordinada ao culto dos deveres, estimula um individualismo concorrencial e não a descoberta da cidadania.

A escola é deficitária enquanto espaço de construção de sentidos e de relações sociais densas e calorosas. A cidadania que promove é anoréxica, feita de privações. Por outro lado, a escola é deficitária

no combate à desertificação das zonas rurais e dos centros urbanos, e na promoção de uma cultura dos direitos, condição de uma cidadania exigente e activa. Como foi patente nas manifestações dos jovens do Ensino Básico e Secundário, a escola parece já não pertencer a este mundo, parece incapaz de se constituir como referência suficientemente aliciante para “dar sentido” ao exercício de um ofício de aluno que seja compatível com a condição de jovem.

A esquerda não pode dispensar um debate público tanto sobre a crise da gestão política da escolarização como sobre a crise da própria escola. O reconhecimento da crise do Estado educador não pode servir de alibi ao desenvolvimento de modelos neoliberais que, ao criticarem o imobilismo da burocracia estatal, naturalizam o mercado como o único dispositivo de regulação de um sistema educativo que garanta a autonomia das escolas, o livre desenvolvimento de projectos educativos ou o exercício do direito à escolha. As alternativas não se constróem no debate em torno da maior ou menor intervenção do Estado na educação, mas na defesa de uma intervenção pública que assegure a democratização da escola e que a envolva no processo de construção de uma autonomia partilhada. Não abdicando da profissionalidade dos professores, ela deve permeabilizar-se às circunstâncias locais.

A crise da escola não será superada acentuando o seu trabalho ou os processos de escolarização da educação de infância. A crise da escola não implica a hiper-escolarização, apela antes para dinâmicas educativas não escolares e uma atenção acrescida às sociabilidades desenvolvidas no interior do espaço escolar.

Em Portugal, a crise do Estado educador e a crise da própria escola desenvolvem-se num contexto educativo onde os défices de escolarização oriundos dos finais do século XIX coexistem com a hiperescolarização emergente do século XXI.

No actual contexto, a escola tem que se ocupar com a democratização da sua vida interna, aprofundar as suas autonomias diversificando as suas dependências face aos contextos locais e ferá de atentar à pluralidade das gramáticas de vida que a habitam. Ou seja, a defesa da escola democrática no actual contexto subentende o aprofundamento da democracia participativa e o desenvolvimento de dinâmicas que construam uma “escola menos escola” para que se possa afirmar como um espaço educativo mais preocupado com as condições de felicidade da aprendizagem. Em particular:

1) O Bloco empenha-se na promoção do serviço público de educação de infância e na resistência à escolarização que se insinua através da implementação das orientações curriculares e das modalidades de integração dos jardins de infância nos agrupamentos verticais.

O Bloco de Esquerda entende que a educação de infância é um espaço de aprendizagem do jogo pelo jogo e não um espaço de pré-curricularização da vida, com a conseqüente imposição de hierarquias escolares e cognitivas. Entende também que ele deve ser um espaço educativo gratuito, onde mais do que a subordinação à escolarização importa desenvolver um trabalho comunitário; a desejável articulação da educação de infância com a escolaridade básica deverá, portanto, ser potenciada numa lógica de desescolarização e de permeabilização da escolarização aos contextos educativos locais.

2) O Bloco defende o desenvolvimento e a promoção de uma alfabetização tecnológica e informática e simultaneamente envolve-se no combate às concepções de educação tecnológica que as reduzem às suas valências profissionalizantes e instrumentais.

Ao destinar-se fundamentalmente aos jovens envolvidos nas formações profissionalizantes, a educação tecnológica dirige-se para os potenciais excluídos do interior do sistema educativo, ao mesmo tempo que dela estão excluídos os potenciais incluídos do Sistema. As propostas a desenvolver neste domínio terão de se integrar num processo de promoção das valências emancipatórias das culturas tecnológicas promovendo, nomeadamente, a democratização da utilização expressiva das novas tecnologias de comunicação e informação, ao mesmo tempo que se fomentam ambientes educativos facilitadores das lógicas e das potencialidades das chamadas "tecnologias leves" e "pré-modernas".

3) O Bloco defende a criação de dispositivos de controlo da influência da indústria de ensino e dos manuais escolares no exercício da escolarização.

Já referimos a importante influência dos manuais escolares no aumento das despesas privadas em educação e na determinação tanto do ofício do aluno como do professor. Referimos também que a indústria dos manuais escolares se transformou num macro-actor educativo que subordina os ritmos e as lógicas da intervenção do Estado no campo educativo. Deve-se reconhecer que, neste domínio, o défice de intervenção do

Estado põe seriamente em risco a causa da educação como serviço público democrático, bem como a qualidade pedagógico-didática dos principais instrumentos do trabalho escolar. Em defesa da democracia, a esquerda não pode deixar de fazer a economia de uma intervenção que vise assegurar a gratuidade do acesso aos manuais escolares e a outros auxiliares didáticos, articulando-a com a implementação de dispositivos de controlo e avaliação da sua qualidade científico-pedagógica e com políticas de promoção e desenvolvimento de fundos documentais da escola que façam dos alunos utentes dos instrumentos didáticos (em suporte de papel e multimédia) e não meros clientes de uma indústria.

4) O Bloco defende um regime de autonomia das escolas onde a diluição da dependência relativamente ao Estado implique uma maior territorialização da acção educativa e o envolvimento activo dos comunicados na oferta dos equipamentos escolares.

Esta territorialização da acção educativa sustentada na articulação da escola com as estruturas associativas locais, na intervenção qualificada profissionalmente dos docentes e com uma desejável interferência dos alunos, adquire uma importância acrescida não porque ela derive do reconhecimento de que a escola se tenha transformado no centro do processo educativo mas porque a relevância do papel da escola depende de ela se reconhecer como periférica, ou seja, de promover o reconhecimento da pertinência da educação não escolarizada e das estruturas associativas que a promovem (José Alberto Correia, "Educação e Cidade", in *Cidadania e Qualidade de Vida Contra a Exclusão*, edições do Bloco, nº2, 2001).

5) O Bloco empenha-se na construção de alternativas à avaliocracia dominante e no desenvolvimento de dispositivos de regulação dos sistemas educativos capazes de animar a construção de cidades educativas promotoras da democracia participada e das condições de felicidade imprescindíveis à aprendizagem.

Nesse sentido, acentuamos uma conclusão fundamental, como argumentar José Alberto Correia: a ênfase atribuída ao mercado como modo de funcionamento desejável dos sistemas educativos contribuiu não só para que a educação esteja cada vez mais dependente da sua capacidade de garantir acréscimos de produtividade e de competitividade, como reforça ainda as tendências para que os discursos sobre a autonomia – da escola, dos alunos e dos professores – se transforme em discursos moralizantes onde se valoriza

sobretudo a responsabilidade individual em detrimento da construção colectiva de autonomias partilhadas. A pressão do mercado – que se supõe assegurar a diversificação das oportunidades – e a avalioocracia que verifica a conformidade dos produtos relativamente a um padrão definido centralmente, transformou o campo escolar no palco do desenvolvimento de uma ‘cultura de guerra’ onde a competitividade e o êxito individual se sobrepõem à cooperação, à vida e à felicidade. As narrativas educativas da esquerda, neste domínio, só poderão romper com a competitividade afirmando a pertinência de uma economia da felicidade que ‘integre nos seus cálculos os custos do sofrimento e os ganhos de auto-realização ignorados’ (Bourdieu) pelo culto da eficácia e da avaliofagia.

6) O Bloco opõe-se à desvitalização das escolas dos centros urbanos e das comunidades rurais, propondo, em alternativa, uma significativa redução do número de alunos por turma e por escola, acompanhada com o desenvolvimento de projectos que potenciem a plurifuncionalidade das escolas através do seu envolvimento em dinâmicas sócio-comunitárias, associativas e de formação permanente.

A desertificação tanto dos centros históricos urbanos como das comunidades rurais que, numa lógica economicista de planificação da rede escolar, legitima o encerramento de escolas, agrava o próprio fenómeno da desertificação e contribui para a massificação das restantes escolas. Para nós, a escola deve ser um dispositivo de animação sócio-comunitária assumindo a sua pertença ao local e deve desenvolver-se tanto como espaço de animação sócio-cultural, susceptível de se envolver em acções de educação de adultos e de formação e reciclagem profissional. Neste sentido, o Bloco defende as escolas rurais, exigindo do Estado a criação de condições para a sua transformação em centros de animação sócio-comunitária e a sua articulação em redes de projectos. E sustenta o mesmo para as escolas dos centros urbanos, envolvendo-as num trabalho educativo que transcenda a lógica da sua pertença ao sistema escolar.

7) O Bloco defende um conjunto de acções no domínio do Ensino Superior que favoreçam:

7.1) Uma maior implicação do ensino público na formação de profissionais que desenvolvem um trabalho na área do social: técnicos de intervenção social, enfermeiros, educadores de infância ou professores do 1ºCiclo, em cuja formação o Ensino Privado desempenha um papel determinante.

7.2) Uma maior cooperação entre o Ensino Superior Politécnico e o Ensino Universitário, nomeadamente no que diz respeito ao apoio a projectos de desenvolvimento, à prestação de serviços a uma comunidade que não se reduz ao mundo empresarial, ao desenvolvimento de projetos de formação contínua ou à atribuição de graus académicos graduados e pós-graduados, avançando para a autonomia do politécnico na capacidade de formação do seu próprio corpo docente.

7.3) Uma reformulação da carreira docente no Ensino Superior que revalorize o exercício das funções docentes na formação inicial e na formação contínua e a prestação de serviços à comunidade, admitindo que o regime de dedicação exclusiva é a modalidade “normal” de vinculação dos docentes ao Ensino Superior.

7.4) Um acréscimo da responsabilidade do Estado na melhoria da qualidade do Ensino Superior, impedindo, nomeadamente, que a “Declaração de Bolonha” e a re-semantização dos graus académicos que ela propõe constituam pretexto para uma diminuição da comparticipação das despesas públicas nos diferentes níveis de escolarização no Ensino Superior.

7.5) A defesa da aplicação da legislação do trabalho a todo o ensino particular e cooperativo.

7.6) A recuperação e o apoio ao ensino nocturno, no quadro de estratégias que promovam a formação ao longo da vida e completem a democratização do acesso ao Ensino Superior.

As propostas do Bloco de Esquerda no campo educativo obedecem à preocupação estratégica de aprofundar as promessas da escola democrática num contexto onde a crise do Estado educador se conjuga com a crise da própria escola, bem como à preocupação estratégica de inibir o desenvolvimento de tendências neo-liberais que tem acompanhado a integração dos sistemas educativos nacionais no espaço europeu.

A coerência deste projecto de reforma refundadora da educação parte justamente da compreensão da importância da escola, mas também do entendimento de que esta e a educação formal são unicamente uma parte da comunicação e da aprendizagem. A escola deve ser inclusiva: multi-étnica, multicultural, aberta à diversidade da vida social, capaz de responder às crianças com dificuldades de aprendizagem, capaz de aprender. Mas deve perceber as novas gramáticas, as novas comunicações e culturas e assim ser parte das comunidades, dos saberes, das mudanças, das linguagens do mundo.

**5. ALARGAR A NOVA
POLÍTICA PARA
A TOXICODPENDÊNCIA**

**ACENTUAR A
PREVENÇÃO
E DISTINGUIR
ENTRE
DROGAS
DURAS
E DROGAS
LEVES**

Durante anos, a política oficial sobre toxicodpendência resumia-se a um apelo belicista: a “guerra às drogas” devia conduzir a uma sociedade limpa. O resultado foi catastrófico.

Como explicava recentemente uma das grandes revistas científicas de referência no campo da medicina, “É compreensível que os americanos tenham dúvidas sobre a guerra às drogas. Desde os anos 70, os EUA gastaram biliões de dólares num esforço essencialmente fútil para parar o fluxo de drogas, aprisionaram centenas de milhares de homens e mulheres, impondo a muitos longas sentenças de prisão por ofensas menores, e gastaram biliões em campanhas de escasso impacto através dos média e do sistema de educação. Se bem que os apoiantes desta abordagem agressiva argumentem com o facto de que o uso de drogas nos EUA foi reduzido desde os seus picos dos finais dos 70 e 80, o abuso de drogas ilegais e de drogas prescritas é ainda difundido e manteve-se essencialmente sem alterações nos últimos anos. Parece assim que esta abordagem, se pode ser creditada pela diminuição do uso de drogas, está esgotada” (The Lancet, editorial de 31 Março de 2001).

Continua o mesmo editorial: "A alternativa é tratar o abuso de drogas como um problema de saúde pública. Tal abordagem exige o redireccionamento de muitos dos recursos legais actualmente em uso. O acesso ao tratamento, por exemplo, deve ser muito ampliado. Tem sido calculado que somente um em cada quatro das pessoas que necessitam de tratamento a dependência do álcool e drogas tem acesso aos programas nos EUA. Assim, é necessário um grande aumento na despesa com os tratamentos, e deve ser aprovada legislação exigindo às seguradoras privadas que cubram adequadamente as despesas com tratamento da toxicod dependência. (...) Finalmente, é necessária mais investigação para compreender a biologia, a psicologia e a sociologia do abuso de drogas. Obviamente, isto será um esforço enorme e que exigirá muita coragem política. Mas, estudo atrás de estudo, tem vindo a demonstrar-se que o tratamento e a prevenção ajudam muito mais pessoas e por um custo muito menor do que as medidas correntes. É tempo de que a América ultrapassar a sua cruzada moral e passar a adoptar uma abordagem de saúde pública para o problema do abuso de drogas, uma abordagem que é muito mais provável que seja bem sucedida e que será certamente mais humana."

Em Portugal, a nova política para a toxicod dependência constitui a grande reforma dos seis anos da governação rosa. Mas é preciso dizer que tal só aconteceu porque o Bloco de Esquerda estava no Parlamento, tendo forçado o agendamento das propostas existentes e tendo conduzido ao compromisso que determinou a descriminalização do consumo de drogas. Se tal dependesse da vontade do governo, tinha-se esperado por 2001 e pelo período a seguir às autárquicas para legislar sobre esta matéria, procurando um consenso com o PSD – é fácil ver o que teria acontecido.

Depois da apresentação de um conjunto de projectos sobre prevenção, despenalização dos consumos de droga, prestação de cuidados de saúde em particular com a distribuição medicamente assistida de heroína aos toxicod dependentes que dela precisam, o Bloco impôs um agendamento potestativo que conduziu, em Junho desse mesmo ano, à aprovação da descriminalização do consumo das drogas ilícitas. Depois de quase cinco anos de inércia da "nova maioria", formou-se assim, em 2000, uma maioria parlamentar e uma convergência política que teve a coragem de começar a mudança.

Essa nova política de descriminalização do consumo respondia a uma necessidade e a uma urgência. Ao conduzir a questão da toxicodependência à autoridade policial, judicial ou prisional, as políticas anteriores condenavam-se à incompetência e inoperacionalidade, tendo como único resultado o aumento da população prisional e tendo efeito nulo em termos de prevenção, de redução de riscos ou mesmo de tratamento. Ora, o resultado destas políticas tinha sido que Portugal, em termos relativos, passara a ser o país europeu com maior taxa de incidência da toxicodependência e, entre os toxicodependentes, de maior grau de contaminação por doenças infecto-contagiosas. Era urgente adoptar outras políticas mais eficientes.

Por isso, a nova política de descriminalização do consumo foi geralmente aceite por técnicos, terapeutas, comunidades, doentes e famílias, apesar do protesto da direita que anunciou um referendo para o qual depois não conseguiu suficiente apoio popular. A população portuguesa entendeu, aceitou e apoiou esta nova orientação que procura tratar a toxicodependência como uma doença e não como um crime.

Ao longo do período de aplicação da nova legislação, verificou-se que esse consenso maioritário tornava necessário aplicar novas medidas, nomeadamente no âmbito da prevenção e redução de riscos. Nesse sentido, o Bloco de Esquerda levou a discussão em plenário da Assembleia da República, em 2001, um projecto de criação de "salas de xuto". Pretendia-se, com a aprovação dessa medida, evitar as *overdoses* e a contaminação dos toxicodependentes por doenças infecto-contagiosas e ainda facilitar o acesso a informação e a programas de tratamento. A bancada socialista opôs-se a esta legislação usando o argumento de que o governo a iria adoptar a breve prazo: pouco tempo depois, o governo aprovou o Decreto Lei 183/2001, que adoptou essa medida, entre outras, tendo no entanto excluído as salas de injeção assistida das cadeias, onde mais eram precisas.

Agora, impõe-se um novo passo para desenvolver uma estratégia de prevenção que seja articulada, multifacetada, coerente e competente na resposta aos grandes problemas.

Ao verificar-se a inutilidade de uma estratégia de prevenção baseada na desinformação ("todas as drogas são iguais") ou na tentativa de criação de pânico ("droga, loucura, morte"), impõe-se, pelo contrário, uma estratégia de informação serena acerca do risco e perigosidade do consumo de drogas, que mobilize

os recursos indispensáveis para os programas de prevenção articulada em resposta aos diversos públicos e de tratamento que responda às suas necessidades.

Assim, o Bloco propõe uma orientação e iniciativas para a prevenção da toxicod dependência, nomeadamente na definição da rede nacional de instituições públicas e privadas de prevenção e tratamento. Essa orientação tem como medida prioritária a separação entre drogas leves e drogas duras, de tal modo que se retire o comércio de derivados do cannabis do âmbito de actividade dos narcotraficantes e das suas redes de influência. De facto, essa ponte que se pode estabelecer entre os consumos de drogas leves e de drogas duras tem sido um dos instrumentos mais importantes para a extensão da venda ilegal de cocaína e de heroína, entre outras substâncias. Deste ponto de vista, essa medida é um dos pilares mais importantes de uma estratégia de prevenção da toxicod dependência.

Tem sido uma das consequências do proibicionismo – só desafiado desde a aprovação da nova legislação sobre toxicod dependência, em 2000 – a criação de condições que facilitam aos narcotraficantes a instrumentalização de todas as dependências para uma gestão monopolista do mercado, de tal modo que possam impor e generalizar o consumo das drogas que são simultaneamente as mais caras e as que conduzem a uma mais acentuada degradação da capacidade e autonomia individual dos consumidores.

No entanto, a experiência anterior e o fracasso do proibicionismo, como, por exemplo, no caso da proibição do álcool nos Estados Unidos, demonstram categoricamente que um dos instrumentos mais efectivos para tal estratégia é o controlo de um mercado ilegal unificado. Pelo contrário, só se previne separando.

O certo é que o uso das drogas legais está disseminado por todo o mundo e o seu consumo tem efeitos importantes na saúde pública, sendo por vezes mais grave do que o efeito de drogas ilegais.

Por exemplo, o álcool ou o tabaco são responsáveis por milhões de mortes todos os anos e, correctamente, admite-se que a proibição desses produtos à escala mundial seja inútil e até errada para resolver os problemas de saúde que o seu consumo tem vindo a gerar. Pelo contrário, têm sido preferidas e adoptadas políticas de prevenção e de informação, bem como de controlo dos preços (impostos sobre o tabaco e álcool, e outras medidas de regulação da oferta) e da qualidade da oferta. Na Resolução do Conselho de

Ministros n.º 166/2000, de 2 de Novembro de 2000, afirma-se mesmo que “o alcoolismo é a maior toxicod dependência dos Portugueses”, e é verdade.

Em Portugal, o alcoolismo resulta da mais divulgada e danosa das drogas legais. A Associação Portuguesa de Prevenção do Alcoolismo calculava em 1995, que um em cada dez portugueses é dependente do álcool, afectando com essa dependência de forma indirecta pelo menos mais uma pessoa em cada dez. O álcool é directamente responsável pela tragédia que se vive nas estradas portuguesas e nas cenas de violência doméstica em muitos lares. Mas os sucessivos governos desdobram-se em apoios ao sector vitivinícola e fomentam a sua produção em massa. Muitos primeiros-ministros e presidentes da República aceitam mesmo participar em cerimónias de confrarias, jurando fidelidade a essas drogas e aproveitando a excentricidade do vestuário para fazer as delícias dos fotógrafos. O consumo do álcool é hoje estimulado pela publicidade omnipresente e é mesmo promovido a imagem de marca do país, patrocinando até a sua selecção de futebol e dando um péssimo exemplo para os jovens em matéria de prática desportiva.

Apesar destas constatações, o governo do PS avançou com uma medida de redução da taxa máxima de alcoolémia permitida aos condutores, para logo recuar assim que a CAP mobilizou as suas forças – contando para isso com os apoios prestimosos da maioria dos deputados socialistas, mas também dos do PSD, PCP e PP. O argumento de que a economia vinícola precisava dos condutores como clientes, e como bons clientes, acabou por triunfar num mar de hipocrisia.

O mesmo se passa com o tabaco, directamente responsável por parte das mortes devidas a problemas cardiovasculares ou a cancro do pulmão, entre outras causas. Apesar da cruzada moralista que, tal como no princípio do século em relação às drogas hoje ilegais, faz hoje o seu caminho nos Estados Unidos, parece estarmos longe de um cenário de proibição do tabaco. Mas é curioso ver os seus opositores argumentarem contra a proibição do tabaco com um discurso que se estende na perfeição contra os efeitos proibicionistas em relação a outras drogas agora ilegais.

A hipocrisia que serve de base a esta duplicidade de discursos não pode ser separada do poder económico que suporta cada um dos negócios que aqui se discutem. É evidente que, para os lobbies dos produtores do álcool e do tabaco, interessa manter a imagem da perigosidade associada ao estatuto legal:

umas drogas serão condenáveis porque ilegalizadas, outras serão negócios a favorecer porque são legalizados. Enquanto assim for, a sociedade vai continuar a ser encaminhada para utilizar as drogas legais de que dispõe sem ser alvo de condenação, e as formas de evasão continuarão a estar condicionadas pelas drogas toleradas pelo sistema, beneficiando com isso o próprio Estado, através dos impostos sobre o tabaco e o álcool, e lucrando as empresas que as produzem e comercializam, mesmo que os efeitos em termos de saúde pública sejam graves.

Com esta medida, avança-se no sentido de uma nova abordagem do problema da toxicodependência, assente exclusivamente numa perspectiva de saúde pública, procurando afastar os consumidores do circuito clandestino, da marginalidade e das práticas de risco no consumo das substâncias em causa.

Por outro lado, Portugal deve assumir uma responsabilidade maior no debate internacional sobre toxicodependência e controlo de estupefacientes. Ao tomar a iniciativa de deixar de considerar o consumidor de drogas como um criminoso e de separar os mercados das drogas, o Estado português não abandonará a cooperação internacional no combate ao tráfico ilegal, antes mostra que a melhor forma de vencer esse combate é acentuar a prevenção, criar programas de tratamento que seja eficientes e retirar o mercado ao narcotráfico, orientando predominantemente o esforço repressivo para a identificação das transações de capitais suspeitas e dos circuitos do narcotráfico, nomeadamente as que envolvem branqueamento de capitais e a sua posterior introdução em actividades lícitas, e para a apreensão das drogas ilegais. Ao mesmo tempo, sublinha-se assim que os sistemas nacionais de saúde se devem qualificar para responder a este problema epidémico.

Neste contexto, os organismos que representam o país nos fóruns internacionais sobre o tema devem procurar aprofundar o debate sobre as políticas alternativas à repressão do consumo, no sentido de estabelecer pontes e dar apoio, com base na recente experiência portuguesa, aos países que renunciem igualmente a uma prática proibicionista repressiva sobre o consumidor. Essa política deve ser substituída porque, a par dos trágicos efeitos para a saúde pública e para a vida de milhões de pessoas, vem desresponsabilizando os Estados e as sociedades do seu papel na prevenção da dependência de substâncias legais, por vezes indutoras de efeitos bem mais gravosos desse ponto de vista, e cuja permanência no mercado

legal não é posta em causa. Não há prevenção eficiente com base na hipocrisia da promoção de drogas legais que são bons negócios e da proibição de drogas ilegais que também continuam a ser bons negócios. E não há prevenção suficientemente eficiente quanto ao uso e abuso de drogas ilegais, pela muito simples razão de que todo esse consumo se exclui da visibilidade social e ocorre num contexto de clandestinidade e reserva que o coloca à margem de qualquer campanha de informação dirigida.

Existe ainda uma outra categoria de drogas legais, que inclui, aliás, a utilização controlada de derivados de opiáceos e de outras drogas, que são alguns dos produtos farmacêuticos com venda legalmente controlada em farmácias. Nesse caso, optou-se por regras rígidas que definem o acesso tanto a fabricantes (a indústria farmacêutica) quanto a consumidores (mediante a intermediação de pessoal qualificado do Sistema Nacional de Saúde). É um sistema desse tipo e com esse controlo que o Bloco tem proposto para a distribuição medicamente assistida de heroína a toxicod dependentes que não acedam a programas de tratamento. Serve este sistema como referência, porque se demonstrou neste caso que pode a legalização ser completamente compatível com controlo social e com protecção da saúde pública.

Em consequência, é necessário impor a separação dos mercados de drogas leves e duras, através de instituição do comércio passivo e sob autorização municipal das drogas leves, sujeito às regras, ao controlo e à fiscalização dos organismos competentes, e uma política de prevenção, de combate ao narcotráfico e de tratamento dos toxicod dependentes que decorra dessa separação.

O comércio passivo dos derivados da cannabis contrapõe-se às regras que, no modelo típico de comércio, constituem um encorajamento à produção, venda ou consumo de um qualquer produto. Os seus princípios fundamentais opõem-se deste modo às características do comércio ordinário ou da livre concorrência, bem como aos princípios tradicionais da liberdade do comércio e indústria, e deste modo privam a rede de distribuição de toda a agressividade comercial.

A exclusão das regras de concorrência e de promoção publicitária conduz ao controlo da produção, importação, distribuição e forma de comercialização de cada tipo de droga. Certos atributos do comércio clássico são assim recusados ao distribuidor de substâncias controladas. É o caso do direito da propriedade das marcas e do direito ao símbolo que permite a fixação de uma clientela. A recusa do

reconhecimento de marca justifica-se pelo facto de a marca comercial ser actualmente um poderoso meio de promoção de produtos. Isto vale não só para a publicidade comercial, inconcebível para os produtos deste tipo, como também para outras formas de propaganda directa (promoção, marketing...) ou indirecta (patrocínio, mecenato...) utilizados nos média.

O comércio passivo das drogas leves pressupõe ainda uma política de preços que exclua as drogas comercializadas do índice de preços. Esta exclusão permite agir sobre a oferta e a procura sem outros constrangimentos que não sejam os dos imperativos sanitários. Do lado da oferta, uma política de venda a preços controlados permite eliminar os traficantes do mercado lícito. Do lado da procura, a fixação dos preços permite orientar os consumidores para os produtos menos nocivos. É contudo claro que esta separação de mercado não vem resolver magicamente o problema da toxicod dependência, na medida em que não fornece soluções aplicáveis ao consumidor abusivo. São por isso necessários princípios complementares de prevenção e de reparação dos custos sociais mesmo no que diz respeito ao abuso do consumo de derivados da cannabis. Estes princípios baseiam-se na tributação do custo social da droga.

Finalmente, esta política permite uma melhor informação aos consumidores sobre a nocividade e o risco das dependências, porque os abrange na actividade socialmente explícita que é o consumo legal.

A evidência científica a favor da separação de mercados entre drogas leves e drogas duras

Esta política é sustentada pelos estudos científicos que estão disponíveis. Em 11 de Novembro de 1995, a revista *The Lancet*, já atrás citada, tinha publicado um editorial em que afirmava que, face aos estudos realizados, "o consumo de cannabis, mesmo no longo prazo, não é prejudicial à saúde". Três anos mais tarde, reavaliando a tempestade de debates provocados por esta afirmação, a mesma revista voltava a publicar um editorial em que analisava os resultados de um

seminário sobre os efeitos de cannabis na saúde pública. Os médicos e cientistas reunidos nesse seminário estudaram efeitos da ingestão de derivados da cannabis, como a irritação dos brônquios, ou avaliaram o risco de acidentes em resultado da intoxicação, discutindo ainda a dependência e possível afectação das capacidades cognitivas com o uso intenso a longo prazo. Estas provas estavam, ao tempo, a ser consideradas por uma Comissão da Câmara dos Lordes, para efeitos de uma recomendação de realização de novas experiências clínicas de aplicação de drogas leves nos casos de esclerose múltipla e dor crónica. A comissão aprovou então a recomendação da reclassificação da cannabis para que pudesse ser eventualmente prescrita pelos médicos.

O editorial desta revista argumentou então, face a tal constatação, que, “de acordo com a evidência científica resumida por Hall e Solowij, será razoável considerar a cannabis como menos ameaçadora para a saúde do que o tabaco e o álcool, produtos que em muitos países são não só tolerados e publicitados mas que são também uma fonte útil de rendimentos fiscais. O desejo de tomar substâncias que alteram o comportamento é uma característica duradoura das sociedades humanas em todo o mundo, e mesmo a legislação mais draconiana não conseguiu extinguir esse desejo – porque por cada substância banida será descoberta uma outra e é provável que todas tenham algum efeito nocivo na saúde. Isto deveria ser considerado pelos legisladores sociais que, condenando as indulgências de outras pessoas, as procuram ilegalizar. Ora essa legislação não se livra do problema, só o transfere para outro lado. (...) Qualificaremos a nossa opinião de há três anos atrás e diremos que, segundo a evidência médica disponível, o uso moderado de cannabis tem escassos efeitos prejudiciais para a saúde e que as decisões sobre a legalização ou proibição da cannabis deveriam basear-se nouro tipo de considerações” (The Lancet, editorial de 14 Novembro de 1998).

É de assinalar igualmente que em diversos outros países o uso medicinal da cannabis está definido e regulamentado. A 17 de Março de 1999, o Instituto de Medicina dos Estados Unidos apresentou um relatório declarando que a marijuana tem efeitos benéficos para os doentes terminais, em conclusão de um estudo

pedido pelo Office of National Drug Control Policy da Casa Branca. Em seis Estados dos EUA, o uso médico de marijuana é autorizado por decisão de referendos. Em 23 Dezembro de 2000, o governo holandês criou uma instituição nacional para determinar o uso médico da cannabis e para estudar o seu efeito terapêutico, instituição que autorizará e coordenará a produção e terá o monopólio da importação e exportação. O Governo do Canadá autorizou, entretanto, o aumento do número de pacientes que usam cannabis, por exemplo, para o controlo da epilepsia, estando a desenvolver um estudo em comunidades de pessoas infectadas por HIV. O Supremo Tribunal de Ontário, a 30 de Agosto de 2000, decidiu que o governo devia clarificar as regras sobre drogas, de modo a permitir o uso terapêutico.

A partir desta evolução dos conhecimentos médicos e do sentido de responsabilidade social, consideramos que a legalização do consumo dos derivados da cannabis é a melhor solução para a saúde pública, e que a sua repressão é a pior, facilitando a estratégia dos narcotraficantes.

Assim, o Bloco de Esquerda defenderá na próxima legislatura um conjunto de propostas, nomeadamente:

- 1. A legalização das drogas leves** e a sua separação do mercado ilegal das drogas duras,
- 2. A distribuição medicalmente assistida de heroína para os toxicodependentes** incapazes de aderir a programas de tratamento,
- 3. A criação da rede nacional de cuidados terapêuticos**, permitindo uma cobertura do território nacional em função das necessidades regionais,
- 4. Uma estratégia de redução de riscos**, incluindo a criação de salas de injeção assistida, nomeadamente nas prisões, a coordenação de equipas de rua e os programas de troca de seringas.

6. TRANSPARÊNCIA E EFICIÊNCIA

MUDAR O SISTEMA DA ADMINIS- TRAÇÃO PÚBLICA

Mas é preciso começar pelo princípio. Não basta mudar as leis – é sempre precisa a força social para impor as mudanças. Não basta esperar que o Estado cumpra – o Estado representa frequentemente a maior força de rotina, de conservadorismo e de resistência. E a administração pública é muitas vezes simplesmente incapaz de responder com eficiência, com os conhecimentos necessários, com os instrumentos adequados. A gigantesca burocracia funciona mal, é um polvo pesado e ignorante, vive com o espectro do papel selado, e raros são os serviços que destoam pela positiva. Os papéis e ofícios perdem-se, os julgamentos nunca se fazem a tempo, as sentenças eternizam-se, as repartições são um labirinto que envergonharia Kafka. A destruição do corporativismo e da incompetência é a condição para a reforma da administração pública.

O pensamento débil tem sido autor da reforma eternamente adiada da administração pública, deixando tudo como está. Mas a esquerda não se pode remeter a uma atitude envergonhada, encobridora e defensiva. Não há serviço público de qualidade enquanto a administração não for transformada em profundidade.

As soluções propostas pelo conservadorismo são anacrónicas. O PSD e o PP insistem na privatização e na destruição de serviços, embalados por um projecto absurdo, elaborado por associações patronais, que querem o despedimento sumário de 150000 funcionários, proposta que foi imediatamente saudada pelo actual ministro da Economia. O PS, pela voz de Ferro Rodrigues, sugere a destruição do princípio da contratação colectiva e a imposição de contratos individuais, transformando a função pública num gigantesco instituto – o modo predominante de criação de mordomias e discriminações, a que o PSD e depois o PS recorreram e recorrem abundantemente, nas câmaras municipais como nos serviços da administração central. O exemplo da famosa Fundação para a Prevenção e Segurança, do ministro Armando Vara, ficou como a prova da degradação da responsabilidade que se torna possível com estas estratagemas.

EM CONTRAPARTIDA, O BLOCO DEFENDERÁ QUATRO PRINCÍPIOS PRIORITÁRIOS PARA A REFORMA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:

1. O combate ao desperdício e pelo melhor uso dos recursos disponíveis deve ser uma prioridade imediata. O Bloco continuará a propor que o primeiro orçamento da nova legislatura seja um Orçamento de Base Zero, isto é, que cada serviço seja obrigado a justificar ao mais pequeno detalhe todas as suas despesas e previsões de receitas, de modo a identificar os custos excessivos, os erros na distribuição de pessoal ou os erros de gestão, e que permita assim aferir a justificação dos próprios serviços e da sua função.

2. Mas se a estrutura da administração pública deve ser revista, também devem ser alteradas as suas regras de funcionamento, em particular atacando o autoritarismo, a distância em relação às pessoas, o paternalismo, a falta de informação com que muitas vezes são tratados os cidadãos que recorrem aos serviços. Em particular, a definição legal dos prazos de resposta deve ser respeitada, dando

origem a uma nova definição de responsabilidade dos serviços e dos seus chefes, terminando com a impunidade dos adiamentos ou das ilegalidades. Todos os serviços devem por isso ter um plano de funcionamento que defina as suas regras de atendimento público, os seus objectivos em termos de prazos e a sua performance ao longo do tempo, pare efeitos de avaliação. Assim, (a) a resposta fundamentada a qualquer petição ou correspondência deve ser obrigatória, (b) essa resposta deve respeitar o prazo legal, (c) deve ser melhorado e alargado o serviço de guichet electrónico, (d) a avaliação do desempenho dos serviços é obrigatória, por relatório anual, sendo os resultados publicados.

3. A administração pública é excessiva em alguns serviços mas deficitária em pessoal e recursos em muitos outros. Por isso a sua reforma implica necessariamente a alteração do padrão de emprego actual da função pública, aumentando tendencialmente o número de funcionários na educação e na saúde e reduzindo-o noutros. Esse processo de transformação requer a mobilidade de funcionários na mesma categoria e na mesma região e a abertura exclusiva de vagas nos serviços carenciados. O Bloco defende igualmente que, a partir de chefe de secção ou para qualquer função de responsabilidade, todo o progresso na carreira dependa de concursos e provas públicas em função do mérito e não da antiguidade. No mesmo sentido, o Bloco retoma a proposta que Guterres defendeu antes de estar no governo e de que abdicou imediatamente, que implicava que todos os lugares de responsabilidade, até ao cargo de Director Geral, inclusivé, deveriam ser providos por concurso.

4. No dia 25 de Abril havia cerca de 60 institutos públicos, hoje há 330. Esses institutos devem ser regulados, abolindo-se os que correspondem a estratégias empregatícias e de criação de mordomias e de reservas de poder, e mantendo-se aqueles que são necessários: estabelecimentos do serviço nacional de saúde, universidades, Instituto de Estatística, Banco de Portugal e outros. Para isso, o Bloco segue as seguintes orientações:

(a) a existência e os estatutos de todos os institutos devem ser reavaliadas, conduzindo à extinção dos que sejam desnecessários,

(b) a autonomia financeira que define o instituto deve ser limitada aos casos em que existem receitas

próprias e não provenientes do orçamento,

(c) integração de todos os serviços e fundos autónomos no orçamento de Estado segundo as mesmas regras de rigor,

(d) proíbe-se a criação de novos institutos quando infringjam a regra da administração directa.

5. Assim, a reforma da administração pública depende da criação de carreiras de serviço público, bem definidas e com regras de promoção e de avaliação. O Bloco propõe nesse sentido a criação de uma Escola Superior da Administração Pública, a partir do actual Instituto Superior de Administração, que forme os funcionários superiores da Função Pública, promovendo uma cultura de responsabilidade e de avaliação, de gestão por objectivos, de transparência e boa utilização dos recursos públicos.

6. A formação permanente é indispensável para o melhor funcionamento da administração, e é fundamental por exemplo no terreno da qualificação da prestação de serviços. Nesse sentido, a prioridade para o Bloco é a reforma do funcionamento da Administração Tributária.

7. O Bloco defenderá ainda o relançamento do debate nacional sobre medidas urgentes de desconcentração, nomeadamente o desenvolvimento dos órgãos de coordenação das áreas metropolitanas, passando a ser definidas em todas as grandes áreas urbanas a partir de 200000 habitantes, abrangendo responsabilidades na definição da organização de sistemas de transportes, da localização de instituições educativas ou de saúde, na coordenação de planos de investimento.

III.

A coragem política necessária para vencer



O pensamento débil gera políticas fracas.
Foi essa a história destes seis anos rosa.
Houve uma reforma fiscal e as empresas e a
banca reduziram drasticamente os seus
impostos – em vez de usar os meios legais e
o apoio popular para aplicar a democracia
fiscal, o governo decidiu recuar. Recuou
perante os interesses nos negócios da Galp,
da TAP, da Lusoponte, da privatização de
hospitais, da compra do Hospital da Cruz
Vermelha, da Lisnave, da Torralta. Recuou
no ensino público. Recuou na taxa de
alcoolémia, porque a CAP protestou.
Recuou sempre.

E é neste vazio que os arautos neo-liberais procuram o espaço para a fundação de uma nova política, já não a do social-liberalismo, mas antes a do centro transformado em nova direita, com uma Europa obedientemente alinhada pelo atlantismo mais fervoroso, com o governo concertado na redução dos direitos constitucionais e democráticos, com a liberdade dos capitais transformada em vulgata planetária. Mas a nova direita em que o centro vem morar não pode disfarçar o fim do encantamento da “nova economia”, agora afundada na crise, ou a exclusão que produziu, ou o desperdício escandaloso que gera. E agora, com um milhão de despedimentos nos EUA, com a crise na Alemanha e a generalizar-se por toda a Europa, chegou o tempo em que se paga o preço de um crescimento enganador.

E é nesta crise que renasce o conservadorismo, de Blair a Aznar, de Guterres a Cavaco, de Ferro Rodrigues a Durão Barroso: a modernização conservadora assente em grandes obras faraónicas, satisfazendo clientelas, ocultando os escândalos, adiando as soluções.

Para ganhar o impulso de uma modernização democratizadora, a esquerda precisa de ganhar força nesta batalha eleitoral e na sociedade. Em nome das suas razões fortes. A razão forte de uma Europa unida nas solidariedades. A razão forte de uma globalização aberta e socialmente justa. A razão forte de serviços públicos de qualidade como condição da vida democrática. A razão forte da democratização dos saberes. A razão forte de uma reforma da educação.

Essas são as razões fortes do Bloco de Esquerda.

No dia 1 de Janeiro, passámos a viver com o euro. Não é uma mudança económica importante, porque desde 1 de Janeiro de 1999 que temos efectivamente uma moeda comum e que o escudo, ou o marco ou a peseta, são nomes transitórios para o euro. Mas é uma mudança política essencial, pois os Estados tinham até hoje dois centros de soberania – o monopólio da violência legalizada e o atributo fundamental da emissão de moeda e controlo da sua circulação – e perderam um, como tendem a delegar o outro. Este exercício da soberania tinha como contrapartida um dos fundamentos do contrato social no capitalismo, que era a democracia parlamentar. Ora, agora o direito de voto deixa de ter correspondência

A EUROPA UNIDA NAS SOLIDARIEDADES

na capacidade de influenciar estas decisões: o Estado está lá, mas a democracia eleitoral é-lhe indiferente nestas matérias da moeda como na decisão de fazer a guerra e a paz.

Caminha-se assim para o super-Estado federador e não para o Estado federal: o Arkansas ou Michigan têm actualmente mais autonomia económica e jurídica dentro dos Estados Unidos do que Portugal tem dentro da União Europeia. E esse é o projecto de Blair, que triunfa como o dirigente de uma Europa sem direcção. De facto, as estratégias de alargamento e remodelação institucional, combinadas com o euro e o Pacto de Estabilidade, garantiam a evolução do mercado único para os pilares do super-Estado federador, mas não indicavam o caminho depois disso. Agora, parece começar a desenhar-se a alternativa.

Ora, não existe alternativa a esta alternativa? O pensamento débil garante que não. Nós argumentamos que sim. Porque é que a Europa tem de ser monetarista? Tem de estar encimada pelo Banco Central Europeu, disciplinada pelo Tratado de Amsterdão e pelo Pacto de Estabilidade? A resposta do Bloco de Esquerda é que essa é a discussão fundamental sobre a Europa.

Foi nesse sentido que Pierre Bourdieu, sociólogo francês que foi um dos porta-vozes da proposta de um novo movimento social europeu, criticou as orientações políticas dos governos socialistas.

PIERRE BOURDIEU
Uma Europa construída
para as solidariedades

Como se não houvesse outra opção legítima senão a adesão incondicional à Europa tal como ela é e se prepara para ser, isto é, reduzida a um banco a uma moeda única, e submetida ao império da concorrência sem limites... Mas não basta acreditar que, para escapar verdadeiramente a esta alternativa, basta evocar a "Europa social". Os que, como os socialistas franceses, recorrem a este engodo retórico, limitam-se a elevar a um grau de ambiguidade superior as estratégias de ambiguidade políticas do "social-liberalismo" à inglesa, esse thatcherismo mal disfarçado que só conta, para se vender, com a utilização

oportunista da simbologia reciclada do socialismo.

É assim que os social-democratas que estão actualmente no poder na Europa contribuem, em nome da estabilidade monetária e do rigor orçamental, para a liquidação das conquistas mais admiráveis das lutas sociais dos dois últimos séculos: universalismo, igualitarismo (com a distinção jesuítica entre igualdade e equidade) ou internacionalismo, e contribuem para a destruição da própria essência da ideia ou do ideal socialista, isto é e grosso modo, a ambição de salvaguardar pela acção colectiva e organizada as solidariedades ameaçadas pelas forças económicas.

Para os que julgarem esta crítica excessiva, algumas questões: não é significativo que, no mesmo momento em que os social-democratas estão simultaneamente no governo de diversos países europeus, dando-lhes assim uma oportunidade real de conceberem e conduzirem em comum uma verdadeira política social, nem sequer lhes ocorra a ideia de explorar as possibilidades de acção propriamente política que existem dessa forma em matéria fiscal, mas também em matéria de emprego, de trocas económicas, de direito do trabalho, de formação ou de alojamento social? Não é espantoso, e revelador, que não tentem sequer dotar-se dos meios de contrariar o processo, já muito avançado, de destruição das conquistas sociais do Estado Providência, instaurando, por exemplo, na zona europeia algumas normas sociais comuns em matéria, nomeadamente, de salário mínimo (racionalmente modulado), de tempo de trabalho ou de formação profissional dos jovens — o que teria como efeito evitar deixar aos Estados Unidos o estatuto de modelo indiscutível que lhe é conferido pela comunicação social?

Não é chocante que esses social-democratas se apressem, pelo contrário, a reunir-se para favorecer o funcionamento dos “mercados financeiros”, em vez de controlarem através de medidas colectivas tais como a instauração (outrora inscrita nos seus programas eleitorais) de uma fiscalidade sobre o capital ou a reconstrução de um sistema monetário capaz de garantir a estabilidade das relações entre as economias? E não é particularmente difícil de aceitar que o poder exorbitante de censura das políticas sociais que é concedido, fora de qualquer controlo democrático, aos “guardiões do euro” (tacitamente identificados com a Europa), proíba o financiamento de um

grande programa público baseado na instauração voluntarista de um conjunto coerente de “leis de programação” europeias, nomeadamente nos domínios da educação, da saúde e da segurança social – o que conduziria à criação de instituições transnacionais dedicadas a substituir progressivamente, pelo menos em parte, as administrações nacionais ou regionais, que a lógica de uma unificação somente monetária e mercantil condena a entrar numa concorrência perversa?

Extracto de “Pour un Mouvement Social Européen”
In Monde Diplomatique, Junho 1999

A abertura da via para uma nova política europeia significa mais Europa e não menos Europa, significa mais coordenação, e mais eficiente, na luta contra o desemprego e por um desenvolvimento sustentado, e não o nacionalismo fechado e empobrecedor. É por isso que o Tratado de Amsterdão deve ser substituído por um pacto político assente numa Carta dos Direitos dos Cidadãos e das Cidadãs da Europa, que estabeleça princípios democráticos de relacionamentos entre Estados e nações, e por uma nova política económica assente na estratégia do pleno emprego. O alargamento da União Europeia terá assim sentido: em vez de submeter os países candidatos às regras actuais do Banco Central Europeu, devem ser reconhecidas as suas vozes, os seus problemas, as suas necessidades.

Só dessa forma a Europa terá um papel internacional relevante, deixando de ser um anexo ou o 51º Estado dos Estados Unidos, e é por isso que o Bloco, que se opõe à Nato e à Força de Intervenção Rápida europeia, promove o debate acerca de alternativas para as relações internacionais assentes no respeito dos direitos humanos e na paz.

A GLOBALIZAÇÃO ENTRE A FOME E O DESPERDÍCIO

Mas a Europa só se pode reconhecer se tiver um papel internacional. Ora, a crise económica indisfarçável seria o momento para reivindicar esse papel – só que os governos socialistas, que se aproximam no fundamental da política dos governos conservadores, mantiveram a ortodoxia da política económica tradicional, deixando a crise fazer o seu trabalho de destruição.

A crise insalvou-se nas bolsas desde Março de 2000 e no conjunto das economias desde Março de 2001. É certo que o Nasdaq recuperou 20% desde os atentados de Setembro e o Dow Jones já superou os níveis de então, mas ambos tinham tido perdas gigantescas que não são compensadas por esta ligeira atenuação. Assim, os EUA, que com o Japão representam 46% do produto mundial, tinham sofrido os embates desta crise desde 2000, com a perda de 10 triliões de dólares no valor das acções, aproximadamente o total do produto nacional do país. Por isso, nos EUA já foram decididas onze reduções da taxa de juro nos EUA, estando agora abaixo dos 2%, e Bush procura aumentar o investimento público em quase 1% do produto, embora distribuindo subsídios, em primeiro lugar às empresas que financiaram a sua campanha eleitoral, como a IBM, às empresas petrolíferas e de armamento.

Entretanto, o efeito de contaminação nas outras economias não se fez esperar. Na Argentina, depois de três anos de controlo orçamental pelo FMI, com a ditadura do défice zero, chegou-se ao colapso político e social. Com a dolarização, com os ajustamentos estruturais que levaram ao sucateamento e depois à venda dos serviços públicos, com a redução dos salários e pensões, impôs-se a modernização conservadora mais selvática.

É esta realidade de crise impulsionada pela globalização que alimenta o mais importante movimento social das últimas décadas. Em Seattle, em Porto Alegre, em Génova, em Bruxelas, centenas de milhares de manifestantes exigiram em resposta uma globalização com democracia e com justiça, conscientes de que o capitalismo produz a desigualdade e o desperdício, o que para muitas regiões do mundo significa o desespero e a condenação:

- A produção total de alimentos representa 110% das necessidades do Mundo, mas há 30 milhões de mortos de fome por ano, e 800 milhões de pessoas estão sub-alimentadas.

- A dívida externa dos países mais pobres tem vindo a ser paga, mas estão presos na espiral dos juros: entre 1982 e 1998 pagaram 4 vezes o total da sua dívida, mas no fim do período ainda devem 4 vezes o capital inicial.

- Os 100 mais ricos do Mundo têm uma fortuna superior ao total do rendimento dos 1,5 biliões de pessoas mais pobres do planeta.

Ao longo dos últimos anos, a globalização capitalista e neo-liberal teve este preço: desenvolveu-se a circulação livre de capitais num Mundo em que a circulação de trabalhadores é entravada pela repressão da emigração e pelas barreiras da xenofobia, os capitais impuseram a sua lei na redefinição e a restrição do perímetro da democracia, venceu um pensamento único que norteia a actuação de governos e autoridades regionais, como na União Europeia. Com os paraísos fiscais e com os acordos internacionais, a responsabilidade política dos governos é cada vez mais relativizada, numa espiral de auto-justificações em que se esvazia a capacidade de controlo político e em que as formas de representação e de participação vão perdendo o sentido.

O esvaziamento democrático e o argumento da incompetência

A existência de dezenas de paraísos fiscais pelo Mundo tem vindo a colocar, sobretudo nos últimos anos, um problema a todas as economias desenvolvidas. É que Gibraltar, a Madeira, o Luxemburgo, as Ilhas Cayman e tantos outros offshores criam a possibilidade de desenvolvimento de duas economias: a economia real, nas empresas e nos países, e uma economia paralela onde ocorrem as especulações, as operações, por onde circula o dinheiro — e onde não se pagam impostos.

A crise fiscal dos Estados é assim imposta por este extremismo do dogma da liberdade de circulação de capital. Esta é a razão pela qual os governos dos Estados Unidos e outros países começam a preocupar-se com o monstro que criaram, e que a crítica aos offshores surge em parágrafos de comunicados das reuniões dos super-poderosos do G7: é que a perda de receitas fiscais é já tão importante que ameaça a estabilidade desses governos. Mas, apesar dessa preocupação, com a presidência Bush voltou-se ao tempo em que os paraísos fiscais são garantidos contra todos os riscos: seis meses antes dos atentados de Bin Laden, os representantes do governo norte-americano tinham boicotado conversações com a União Europeia sobre o combate ao branqueamento de capitais e narcotráfico — ou terrorismo —, temendo que os offshores fossem penalizados.

De facto, a situação actual é uma mera consequência da irresponsabilidade que foi a garantia da livre circulação de capitais. Nunca, durante quase duzentos anos de capitalismo industrial e financeiro moderno, tal liberdade se tinha sobreposto ao controlo pelos governos. Ora, o que acontece desde o tempo de Reagan e Thatcher, e mesmo depois com o acordo dos governantes socialistas, isto é, nos últimos vinte anos, tem sido uma excepção a este processo antigo. E uma excepção perniciosa, porque o movimento especulativo assim desencadeado suga as economias nacionais, os fundos de pensões, todas as reservas de valor, e provoca uma especulação incontrolada — as bolsas mundiais estiveram 40% acima dos seus valores reais, e caíram em consequência, desde Março de 2000, até aos níveis actuais.

Mais ainda, a predominância destes movimentos de capitais favorece o argumento desistente dos tolos: a democracia, ou a exigência da satisfação dos interesses da maioria da população, do trabalho, verga-se aos interesses da minoria, o capital, porque não há espaço para nenhuma política de nenhum tipo.

Controlar a circulação de capitais e terminar com os offshores é assim uma questão política internacional determinante para o futuro do emprego e da qualidade de vida.

A desregulamentação financeira questiona as estruturas colectivas de identificação, impõe a individualização das carreiras e salários, enfraquece todas as formas associativas e dilacera as referências sociais. Ao mesmo tempo, contribui para desresponsabilizar os governos e fornece uma justificação para a inoperacionalidade e inexistência de políticas sociais. Desarmar o poder financeiro é, portanto, a primeira das prioridades democráticas à escala internacional.

A propriedade do saber e a definição da sua comunicação são dois dos temas da agenda de uma modernização democratizadora que se opõem à modernização conservadora.

E essa propriedade pode estar actualmente em causa: o caso mais evidente será porventura o da opção entre a propriedade colectiva do conhecimento do genoma humano pela Humanidade ou, pelo contrário a sua apropriação pelos interesses da indústria farmacêutica.

A MOBILIZAÇÃO DA INTELIGÊNCIA E DO SABER

Em 26 de Junho de 2000 foi anunciada em Washington a descodificação total do genoma humano, composto por mais de 3 milhares de milhões de bases. A partir daqui, as empresas que conduziram esta investigação tudo têm feito para assegurar o direito legal a patentes sobre todo este conhecimento e sobre as suas possíveis implicações médicas, o que implica a privatização da biodiversidade da vida e da Natureza. Esse será o poder mais absoluto que se conheceu até hoje, se a indústria farmacêutica vencer esta batalha.

Ciosas desse poder, as grandes empresas farmacêuticas defendem com unhas e dentes o valor absoluto do tratado internacional que garante as regras jurídicas favoráveis a este negócio: o TRIPS (anexo 1C ao Tratado da OMC, que regula o comércio de propriedade intelectual), de 1994, que garantia o prazo de 20 anos de protecção às patentes.

Ora, recentemente, uma estrutura da ONU, a Subcomissão para a Protecção e Promoção dos Direitos Humanos, propôs por unanimidade a rejeição deste acordo, argumentando que os governos devem proteger as reservas biológicas e devem opor-se ao princípio do seu patenteamento e apropriação por empresas. Vejam-se os exemplos da sida, da malária e da tuberculose: muitos países não têm investigação científica própria, ou têm capacidade insuficiente para produzir conhecimentos próprios nestas áreas – e são geralmente os países mais pobres, justamente os mais afectados por estas três doenças. Devem esses países pagar direitos sobre todo o conhecimento que usam para a produção de medicamentos, devem ser obrigados a comprar todos os remédios ao preço do mercado, isto é, ao preço máximo?

A resposta é que não. A defesa da vida e o combate às grandes doenças endémicas exige a socialização do conhecimento, em particular o que deriva da própria existência da espécie humana.

A China, o Egipto e a Índia, por exemplo, reconhecem as patentes sobre fármacos mas não sobre cada um dos produtos finais, o que lhes permite produzir genéricos mais baratos, e assim combater estas doenças. A África do Sul, apesar da oposição das multinacionais farmacêuticas, autorizou a produção nacional de medicamentos contra a sida, isto é, de antivirais genéricos, copiando patentes das multinacionais e reduzindo o preço em 80%. O Brasil, que tomou igualmente a decisão de produzir anti-virais genéricos, conseguiu fazer valer os seus pontos de vista na reunião da OMC do Qatar, argumentando que há situações de calamidade na saúde pública que exigem medidas excepcionais. A verdade é que a situação nos EUA contri-

buiu para esta vitória: para responder à ameaça de uma epidemia de antrax, Bush já tinha obrigado a Bayer a abdicar dos seus direitos sobre o medicamento adequado a essa doença, Cipro. A luta contra o poder mais totalitário é a defesa dos direitos da humanidade sobre si própria.

O que este conflito demonstra, ao mesmo tempo, é a trágica desproporção entre os meios de investigação orientados para a prioridade da solução de problemas de saúde e os meios dedicados à comercialização de produtos tendo como objectivo o lucro: o orçamento para investigação em medicina tropical do Banco Mundial é 210 vezes menor do que o da Merck.

No entanto, protegendo os seus investimentos, as multinacionais argumentam que, se forem despossados dos seus direitos especiais protegidos por patentes, então deixarão de fazer investigação. O não desenvolvimento de uma vacina contra a malária, que já era cientificamente possível, é justificado por estas empresas pelo seu receio de perda de receitas em função da divulgação de "cópias piratas". Por outras palavras, o problema decisivo é o da propriedade do conhecimento essencial.

Este debate sobre os direitos de autor ou sobre a propriedade do conhecimento já não é novo. De outra forma, é o mesmo que ocorreu a propósito dos empréstimos de livros ou autorização para fotocópias de partes de livros em bibliotecas: os editores argumentavam que, assim, perdiam receitas. Mas estavam deste modo a questionar a própria ideia de biblioteca, o lugar onde todos podem ler, independentemente da sua capacidade económica de comprar aquele livro.

O problema estende-se agora aos livros electrónicos que são provisoriamente protegidos na Internet, mas que facilitarão o acesso dos leitores através de bibliotecas virtuais. Foi já o que se passou com o Napster, que organizou uma gigantesca biblioteca musical, a partir de ficheiros de pessoas ligadas em rede, permitindo a sua cópia para CDs através do uso do MP3. De facto, este procedimento é fiel à razão de ser da Internet e à ideia de rede ou de biblioteca. Mas a Napster foi perseguida judicialmente e acabou por ser vendida ao maior grupo editorial mundial, Bertelsmann, deixando depois de ter uso gratuito.

É certo que há obras, produtos e artefactos que têm custo de investigação ou de produção elevado, e cuja reprodução é quase gratuita. Uma resposta que tem predominado é, como se verifica, a definição de

direitos exclusivos de propriedade sobre esse conhecimento ou esse produto – mas isso obriga a uma espiral, em que a definição do conhecimento vai cada vez mais longe, ao ponto de se tornar absurda: uma pessoa tem de pagar pelo uso do conhecimento que é estabelecido a partir do seu próprio código genético, isto é, da sua própria informação.

Éxiste uma alternativa, que é a de recompensar essa investigação ou essa produção através de um pagamento inicial ou da concessão de capital de risco para investigações futuras, e a partir daí socializar esse conhecimento – com regras, como a das fotocópias nas bibliotecas, ou a reprodução de genéricos anti-virais por laboratórios nacionais. É mais económico e mais eficiente haver desse modo uma investigação em parceria entre o público e o privado, ou a compra das patentes pelos laboratórios públicos, e a sua disponibilização, do que a imposição de um período longo de exclusividade com preço alto, o que é totalmente desproporcionado, tanto em relação à pobreza quanto à urgência de quem precisa desses medicamentos, como é o caso da sida em África ou nas Américas.

Esta solução alternativa parte de uma consideração: a de que a cultura ou a saúde são serviços públicos, onde deve predominar a eficiência social, a protecção contra qualquer tipo de exploração e a qualidade. Independentemente da propriedade, os laboratórios ou empresas que investigam o genoma estão a desempenhar um serviço público e o seu preço deve ser um preço social e não um preço de mercado. Mais ainda, os lucros da empresa que presta o serviço público são impostos cobrados ao seu utilizador.

A definição de privado e de público não é, por isso, uma mera questão jurídica acerca da propriedade, mas deve ser deslocada para a natureza do serviço que é prestado. A razão forte da esquerda e o impulso para a modernização democratizadora partem desta estratégia: o seu a seu dono, o que é da sociedade deve continuar a ser da Humanidade. A luta pelo conhecimento e contra a mercantilização da ciência é a fronteira decisiva.

**PORQUE É QUE O SELO DE 0,28 EUROS
CUSTA MESMO 0,28 EUROS?**

Vivemos num mundo paradoxal, e é paradoxal que nos habituemos a ele. Os ganhos de produtividade fabricam a exclusão em vez de tempo livre, os valores das empresas cotadas em Bolsa sobem astronomicamente com o anúncio de despedimentos, o mundo moderno parece ser o mais fanatizado, o mais dominado por religiões absolutistas, por ódio étnicos. Ao mesmo tempo, a modernidade assenta num mercado ventríloquo, numa fantasmagoria mediática que produz e reproduz mitos: os aventureiros que surfam no Nasdaq, os empresários de sucesso, as fortunas prodigiosas ou os palácios dos desportistas reproduzidos nas revistas “cor-de-rosa”, mas também os misteriosos prodígios da técnica constituem a teologia da modernidade.

O mito impõe-se, assim, contra a realidade: a técnica que nasce da ciência deixa de ser o resultado de um trabalho de Ariadne, paciente, cumulativo e colectivo, para ser visto como uma máquina que produz maravilhas. A modernidade torna-se obscura e inacessível, e por isso produz o seu contrário: a realidade realmente existente gera insegurança, crise de identidades, opacidade da decisão, inacessibilidade do poder, esvaziamento do contrato social anteriormente imposto. Na sociedade de risco, o global é parte nenhuma.

É assim o paradoxo: quando a capacidade produtiva é maior, maior é a exclusão, quando mais se sabe, menos democracia se vive – a ideologia do nosso tempo é a da sociedade de mercado, o vazio desconcertante do fim da responsabilidade e dos compromissos sociais, o fim da segurança social garantida, o fim dos serviços públicos.

A ofensiva tem um nome: privatizar. A política de privatizações e a cultura da mercadorização da sociedade tornaram-se um dogma dos últimos vinte anos de cavaquismo e guterrismo. A esquerda, que tem a razão forte dos seus fundamentos, deve necessariamente questionar este consenso privatizador e mercadorizador.

Porque é falso e se baseia em noções de eficiência distorcidas. Não se pode comparar a rentabilidade de empresas de transportes com cobertura regional ou nacional com outra empresa que só rentabiliza percursos escolhidos. Não se pode comparar o tempo de uso das camas de um grande hospital de referência, como o da Feira, que evita as especialidades com internamentos pós-operatórios longos. E ainda porque este argumento é contraditório: o frenesi das privatizações foi justificado em nome da melhor concorrência – mas então porque é

que os bancos, assim que são privatizados, entram em mega-processos de fusão, viciando a concorrência?

De facto, privatiza-se tudo o que é rentável a curto prazo, transferindo parte da riqueza nacional para o sector privado. O PS terminou o seu mandato com um projecto de vender a rede fixa de telecomunicações por 140 milhões de contos, para obter receitas e para valorizar a PT nas vésperas de mais uma operação de privatização. Durão Barroso propôs a privatização da RTP, como Jaime Gama, e da CGD, para receber um puxão de orelhas de Cavaco Silva sobre este assunto.

Mas as privatizações exigem mais atenção porque, quando afectam os serviços públicos, têm conduzido a tragédias: o acidente ferroviário de Paddington, no Reino Unido, no qual morreram dezenas de pessoas, foi o resultado da redução dos investimentos de longo prazo, porque a rentabilidade tem critérios de curto prazo. Na Califórnia, depois da privatização da energia eléctrica, Silicon Valley ficou à luz de velas: a rede entrou em colapso, mais uma vez porque os critérios rentabilistas se opuseram a investimentos de reestruturação que eram necessários. Nos transportes aéreos, onde a desregulamentação é mais acentuada, os acidentes têm-se multiplicado como nunca.

Ao reduzir o sector público a um serviço mínimo de segurança policial e de caridade social, o consenso da sociedade de mercado instala um vazio estratégico.

Ora, a experiência social de todo o século XX e do que já vivemos do século XXI, desaconselha esta alternativa privatizadora dos serviços públicos. De facto, a política alternativa é muito mais credível e sustentada. Basta pensarmos em algo tão simples como o selo do correio. Porque é que o selo de 0,28 euros custa mesmo 0,28 euros em todo o território nacional, seja quando a carta é enviada de Lisboa para Lisboa ou do Corvo para Bragança?

Sabe-se a resposta. É porque se decidiu – artificialmente, impositivamente, contra a regra do mercado – criar condições de igualdade em todo o território nacional, para não excluir ninguém pelo custo da sua localização. Os direitos são por isso iguais, mesmo que os custos sejam diferentes e repartimos entre todos. Por outras palavras, socializamos esse serviço para responder a custos individuais diferenciados, e então o selo não é uma pura mercadoria.

É exactamente o que se deveria passar com a saúde. Pagamos impostos que pagam o Serviço Nacional de Saúde, mesmo que não estejamos doentes: rigorosamente, não pagamos o nosso tratamento, mas a existência de um serviço que possa tratar-nos se estivermos doentes, como tratará outras pessoas nas mesmas condições, indiferentemente às suas condições económicas. Ou é o que se passa nas pensões de reforma: o direito objectivo a uma reforma não depende unicamente da capacidade contributiva da pessoa, mas há uma responsabilidade social que é aceite e é por isso que pagamos hoje com os nossos impostos as pensões que estão a ser entregues agora, e devemos receber as nossas pensões com o que os trabalhadores descontarem ao tempo. Por isso, os serviços públicos não devem ser mercadorias nem devem ter os preços de mercadorias, mas são antes o custo de escolhas sociais. Como o selo de 0,28 euros.

É essa a razão forte da escolha estratégica da esquerda: independentemente do tipo de propriedade, o serviço público, seja nos correios, nos transportes, na energia, no audiovisual, na saúde ou na educação, não pode ser mercantilizado. É essa a escolha social: ou a riqueza determina o acesso aos serviços, ou se democratiza o acesso para todos.

Um exemplo: como pagar as pensões de reforma?

Desde há três anos que existe um excedente orçamental nos EUA. As previsões económicas da OCDE dizem mesmo que em 2000 e 2001 mais de metade dos países desenvolvidos terá excedente orçamental: em percentagem do PIB, a Noruega terá o valor máximo de excedente, 6,5%, a Irlanda 3,8%, a Dinamarca 2,2%, a Suécia 2,1%, o Canadá 1,6%, os EUA 0,9%, o Reino Unido 0,8%, a Austrália 0,5%, embora o Japão tenha um défice acentuado (-7,9%).

Este excedente implica uma maior margem de manobra para responder a recessões, embora seja uma situação muito volátil: por exemplo, o excedente que o Reino Unido acumulou durante alguns anos do governo Thatcher entrou em colapso no fim dos anos 80, com a crise económica, e desvaneceu-se.

Apesar disso, nem tudo são rosas. Este excedente pode criar três problemas graves, dado o papel que a dívida pública tem no sistema financeiro:

1) Os títulos da dívida pública, sem risco, servem de referência para determinar o preço dos restantes títulos: com um mercado menos líquido, dado existirem menos títulos (porque não há emissão de dívida), passa a haver uma maior dificuldade de fixar o preço e portanto maior prémio de risco para os outros títulos.

2) As regras prudenciais obrigam os fundos de pensões a deterem uma parte em títulos de tesouro, porque são garantidos. Mas se estes faltarem, então a percentagem de ações de empresas privadas na composição das carteiras destes fundos de pensões vai aumentar, com um risco maior.

3) A emissão e compra de títulos de dívida pública é uma das formas fundamentais de intervenção dos bancos centrais nos mercados monetários. Se este instrumento ficar limitado, as políticas dos governos são mais ineficientes.

A alternativa que a OCDE defende é que os bancos centrais e os fundos de pensões comprem títulos de sociedades particulares, mas isso implica dois riscos: paradoxalmente, pode assim assistir-se a uma “nacionalização” dessas empresas e, sobretudo, provoca-se grande instabilidade nestes mercados financeiros.

A outra alternativa deve ser discutida pela esquerda e consiste simplesmente em considerar que as reformas e pensões são parte de uma dívida pública, que é, portanto, maior do que a que é hoje declarada. Assim, uma política rigorosa deve responder tanto às necessidades da geração que trabalha num dado momento como às das gerações que estão reformadas nesse mesmo momento — e a solidariedade inter geracional exprime-se pelas transferências de valor entre uma e outras.

O sistema público e garantido de segurança social passa assim a ter uma nova forma de financiamento, que é o mercado da dívida pública: as pensões de reforma devem ser parcialmente pagas pelos descontos dos trabalhadores no activo e parcialmente pelos empréstimos em títulos de dívida, isto é, pelos impostos. Em particular, o nivelamento das pensões mais baixas pelo salário mínimo nacional, respondendo à situação de mais de 600000 pessoas, a unificação dos

sub-sistemas de segurança social num único sistema, ao nível das condições da ADSE e SAMS, exigem um muito maior esforço financeiro do Orçamento de Estado para a segurança social.

E por isso voltamos ao mesmo: uma reforma fiscal corajosa é a condição para uma política social séria.

A definição do serviço público deve abranger naturalmente os bens essenciais, mas também os bens culturais, que não são menos essenciais. Por isso, o Bloco toma posição contra a privatização da RTP que Durão Barroso, mas também Jaime Gama, têm vindo a propor. E começamos pelo princípio. Queremos uma televisão com regras, tal como se tinha prometido quando foram dadas as licenças aos novos canais. Queremos um serviço público de televisão independente com estratégia e gestão competente. E são essas as mudanças que priorizamos.

Assistimos, nos últimos anos, à degradação da qualidade televisiva sem que a televisão pública tivesse o papel de nivelar por cima, como lhe cabia. Hoje é claro que o mercado das televisões funciona sem regras, que a televisão pública foi abandonada pelo Estado e que estes dois factos associados têm um preço alto demais para a nossa democracia.

As televisões generalistas usam um bem escasso e público: o espectro radioelétrico. Como o mercado das televisões não é aberto, foi ao Estado que, através de critérios, coube escolher, no princípio dos anos 90, quem podia usar esse bem público. É ao Estado que se exige a fiscalização do cumprimento desses critérios.

Entretanto, é indispensável um serviço público de televisão dotado de meios e de autonomia que tenha o papel de nivelador, por cima, da qualidade. A RTP, tal como está, para nada serve. Porque a RTP não tem uma estratégia, porque está permanentemente dependente das mudanças de humores do governo, porque tem sido gerida de forma desastrosa, porque não existe um conceito de Serviço Público de Televisão. Uma parte da solução deste problema passa pela mudança de estatuto da RTP:

. o seu administrador não deve ser nomeado pelo governo, deve antes ter um mandato claro que

resulte de ampla maioria da Assembleia da República, sendo nomeado por tempo definido, devendo escolher a sua equipa e a sua estratégia, mediante um contrato-programa com o Estado. Devem também ser encontradas formas de financiamento mais directas e menos dependentes dos atrasos ou da pressão dos sucessivos governos.

DEMOCRACIA: CONDIÇÃO DA MODERNIDADE

O combate à modernização conservadora assenta na defesa da ampliação dos direitos sociais, que constitui o ponto de partida e o impulso para uma modernização democratizadora. Mas o conservadorismo deve ser combatido em todos os seus poderes e em todas as suas forças: a definição das regras do sistema político tem sido um dos campos de batalha em que forças de mudança e de renovação se têm enfrentado com resistências, rotinas e cacicatos.

Ao obter a confiança política de quase 140.000 eleitores e ao intervir com o seu grupo parlamentar na Assembleia da República, o Bloco contribuiu para uma modificação radical do mapa político no país. Muitos temas novos passaram a ser discutidos. Foram tomadas decisões e aprovadas leis que tinham sido adiadas, ou que tinham sido escondidas pelos consensos e pela falta de determinação. Foi iniciada uma grande reforma social, a da Reforma Fiscal, que depois foi abandonada pelo PS, e iniciou-se uma nova política para tratar os toxicodependentes. No entanto, os partidos dominantes, o PS e o PSD, procuram concentrar e bipolarizar o sistema político, para favorecer e facilitar o sistema de alternâncias e de rotatividade, que tem definido o centro e fomentado o pântano. Ora, essas forças procuram agora um novo consenso para uma transformação do sistema eleitoral, com a criação de círculos uninominais e com a redução do número de deputados, de tal modo que o peso parlamentar dos partidos diferentes do PS e do PSD seja reduzido artificialmente e as condições de maiorias absolutas sejam facilitadas ao arrepio das votações dos eleitores.

O Bloco denuncia e combate essas tentativas de redução do sistema político a um centro rotativo. A experiência da maioria absoluta negociada entre o PS e Daniel Campelo demonstra categoricamente que a sobrevivência do poder através de traficância de influências desacredita a democracia e favorece o cacique – e esse será o resultado dos círculos do “queijo limiano” pelo país inteiro. Os círculos uninominais farão diminuir a representatividade do sistema político e, desse modo, agravarão a crise da política.

O Bloco contrapõe uma alternativa: a reforma do sistema político construída a partir da sua transparência, da prestação de contas, da responsabilidade dos eleitos. Assim, insiste e propõe:

- (a) um novo sistema eleitoral, proporcional e representativo, sem círculos uninominais;
- (b) a adopção do princípio da paridade na representação de homens e mulheres no sistema proporcional,
- (c) a adopção de regras de transparência na decisão parlamentar, nomeadamente através do voto responsabilizado de cada deputado em todas as matérias de lei,
- (d) o fim dos privilégios injustificados dos deputados, nomeadamente em questões de reformas,
- (e) o direito de iniciativa legislativa popular, que permita a grupos de cidadãos apresentarem projectos de lei que sejam discutidos e votados no Parlamento.

Neste contexto, o Bloco defenderá a adopção de um novo sistema eleitoral com base na experiência holandesa, com vários círculos de apresentação da candidatos, mas com a contabilização nacional dos votos num único círculo de apuramento. Deste modo, garante-se a representatividade do sistema eleitoral e defende-se a proporcionalidade, que assegura a verdade da pluralidade das opiniões que constituem o país. Ao mesmo tempo, este modelo permite a cada eleitor indicar os candidatos que prefere, o que determina o seu ordenamento final na lista e, portanto, a ordem pela qual são eleitos, considerando o número total de votos obtidos pela sua lista. Assim torna-se possível a escolha pelos eleitores, de entre os candidatos apresentados nessas listas, o que acentua a sua responsabilidade.

Razões fortes para a esquerda

*O Bloco apresenta-se às eleições porque tem
contas a prestar e porque fez o seu trabalho,
respeitando e respondendo ao mandato
que obteve em 1999.*

*Porque mudou o mapa da política
e porque a experiência provou
que era precisa mais oposição
e melhor qualidade na oposição.*

*Porque quer responder à crise política,
ao conservadorismo e aos interesses
que dominam o país.*

*O Bloco apresenta-se a eleições porque é uma
esquerda com razões fortes.*

E são essas razões fortes que fazem escolhas. Para começar o combate contra a injustiça na justiça, e o abuso da prisão preventiva que transforma o país no recordista europeu na densidade da população carcerária. Para contribuir para as maiorias sociais da modernização democrática, dos direitos sociais de quem trabalha, de quem sofre, de quem não tem voz. Para uma Reforma Fiscal, uma renovação do sistema de saúde, o combate à toxicodependência, uma política de pleno emprego, a reforma da administração pública – razões fortes para vencer.

Face a um novo governo, que quer maioria absoluta para a continuação absoluta das mesmas políticas absolutas. Na véspera de uma revisão constitucional. Numa situação de crise económica. Contra um sistema político desacreditado. Perante o esvaziamento de direitos: dos imigrantes, dos presos preventivos, dos utentes do sistema de saúde, dos trabalhadores descartados depois de toda uma vida dada à empresa. Razões fortes para uma oposição que conta.

Razões fortes porque, se dois deputados incomodaram muita gente, é agora que se escolhe: ou a coragem de alternativas viáveis e mobilizadoras, ou o pântano.